

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZÔNAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

SARA LUISA SANTOS DE SOUSA

NARRATIVAS DE ALUNAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

**BENJAMIN CONSTANT-AM
2025**

SARA LUISA SANTOS DE SOUSA

NARRATIVAS DE ALUNAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientador: Prof. Dra. Gilse Elisa Rodrigues

BENJAMIN CONSTANT- AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S725n Sousa, Sara Luisa Santos de
 Narrativas de alunas sobre a violência de Gênero na
 Universidade / Sara Luisa Santos de Sousa. - 2025.
 74 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Gilse Elisa Rodrigues .
 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
 Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin
 Constant, Curso de Antropologia, Benjamin Constant , 2025.

 1. Violência de gênero . 2. Alunas . 3. Narrativas . 4. Universidade
 . I. Rodrigues, Gilse Elisa. II. Universidade Federal do Amazonas.
 Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant. Curso de
 Antropologia. III. Título

Dedico este trabalho à minha querida mamãe, Leila Maria, pois, se hoje eu brilho, foi ela quem acendeu a luz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Leila Maria que sempre me apoiou, pelos conselhos, pela força que emana dela e me fez não desistir, obrigada por ter sido meu porto seguro, agradeço aos meus irmãos, Maria Clara e Matheus por sempre serem torcedores durante a minha caminhada, ao meu namorado Alisson Souza por segurar a minha mão enquanto estive em busca deste sonho e não soltar, assim como agradeço aos meus familiares, que mesmo de longe me incentivavam a continuar.

Tem também a minha gratidão o sr. André, do Projeto Jacarezinho por ter sido uma ponte no começo deste sonho, seu apoio foi crucial na minha jornada. Agradeço também às minhas amigas, ou melhor irmãs, que fiz ao longo destes anos, Ruthe Costa, Milena Ferreira e Josiane Chota por terem sido minha família. Não posso esquecer de agradecer aos meus amigos Yago Oliver, Sara Fernandes, Rafael Calmont, Marques Roberto, por fazerem meus dias divertidos e terem feito menos pesado o fardo de estar longe de casa.

Por fim, porém não menos importante, agradeço a minha orientadora Gilse Rodrigues por acreditar no meu potencial e ajudar a me transformar numa profissional com princípios.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”

-Simone de Beauvoir

RESUMO

Neste trabalho abordamos o tema violência de gênero e as configurações que este tipo de violência apresenta no cotidiano de uma universidade pública no interior do Amazonas. O objetivo geral foi realizar um estudo sobre as percepções e estratégias de mulheres vítimas de violência em um campus universitário a partir da análise das narrativas das vítimas. Foi utilizado o método qualitativo que me permitiu uma leitura das subjetividades que o tema propõe. As narrativas foram colhidas por meio de entrevistas abertas e conversas informais com as interlocutoras. O trabalho está dividido em três capítulos o primeiro abordando autores clássicos como Bourdieu(2002) e Ortner(1979), mas também contemporâneos como, Saffioti(2015), Rita Segato(2013) e Mara Viveiros(2018) para se discutir sobre o aparato teórico acerca da violência de gênero; o segundo capítulo apresenta as narrativas com as percepções das vítimas sobre a violência vivida, bem como, a análise destas narrativas, e, o terceiro capítulo apresenta as formas de resistências das interlocutoras e como a universidade vem solucionando o problema da violência de gênero, seja por políticas institucionais ou com ações alternativas e não oficiais. Levando em consideração que todo o contexto amazônico, e particularmente, os municípios do interior do Amazonas trazem características particulares para os casos, assim como outros recortes sociais como etnia, idade, orientação sexual e etc., o fenômeno da violência é vivido de forma diferente por cada uma delas, desse modo, analisei pela perspectiva socioantropológica como as vítimas reagem e se protegem no seu dia a dia a fim de evidenciar as fragilidades nas políticas e ações da universidade para prevenir ou solucionar o problema.

Palavras-chave: violência de gênero; alunas; narrativas; universidade.

RESUMEN

En este trabajo abordamos el tema de la violencia de género y las configuraciones que este tipo de violencia presenta en la vida cotidiana de una universidad pública del interior del Amazonas. El objetivo general fue realizar un estudio sobre las percepciones y estrategias de mujeres víctimas de violencia en un campus universitario, a partir del análisis de las narrativas de las propias víctimas. Se utilizó el método cualitativo, que permitió una lectura de las subjetividades que el tema propone. Las narrativas fueron recogidas mediante entrevistas abiertas y conversaciones informales con las interlocutoras. El trabajo está dividido en tres capítulos: el primero aborda autores clásicos como Bourdieu (2002) y Ortner (1979), así como contemporáneos como Saffioti (2015), Rita Segato (2013) y Mara Viveiros (2018), con el fin de discutir el aparato teórico sobre la violencia de género; el segundo capítulo presenta las narrativas con las percepciones de las víctimas acerca de la violencia vivida, así como el análisis de dichas narrativas; y el tercer capítulo expone las formas de resistencia de las interlocutoras y cómo la universidad viene enfrentando el problema de la violencia de género, ya sea mediante políticas institucionales o a través de acciones alternativas y no oficiales. Teniendo en cuenta que todo el contexto amazónico y, en particular, los municipios del interior del Amazonas presentan características propias para estos casos, así como otros recortes sociales como etnia, edad, orientación sexual, etc., el fenómeno de la violencia es vivido de manera diferente por cada una de ellas. De este modo, se analizó, desde una perspectiva socioantropológica, cómo las víctimas reaccionan y se protegen en su vida cotidiana, con el fin de evidenciar las fragilidades en las políticas y acciones de la universidad para prevenir o solucionar el problema.

Palabras clave: violencia de género; alumnas, narrativas; universidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Relação de interlocutores segundo gênero, orientação sexual e entendimento sobre violência de gênero.....	20
Figura 1- Representação de corpo feminino	35
Figura 2- Representação do corpo feminino	36
Figura 3- Frase homofóbica	37
Figura 4- Possível incitação ao estupro	37
Figura 5- Apologia à pedofilia.....	38
Figura 6- Mensagem de cunho sexual hostil.....	39
Figura 7- Difamação.....	39
Figura 8- Difamação.....	40
Figura 9- Difamação.....	40
Quadro 1- Violências identificadas nas narrativas das alunas	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CP- Código Penal

INC- Instituto de Natureza e Cultura

NAR- Núcleo Administrativo da Residência Universitária

PIBIC- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

RU- Restaurante Universitário

RUNI- Residência Universitária

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPITULO I: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	15
3	CAPITULO II: NARRATIVAS E ANÁLISE: DO PROCESSO AO DESFECHO DA VIOLÊNCIA	26
	II.I INTERLOCUTORA UM.....	27
	II.II INTERLOCUTORA DOIS.....	29
	II.III INTERLOCUTORA TRÊS.....	30
	II.IV INTERLOCUTORA QUATRO	31
	II.V UMA NARRATIVA ETNOGRÁFICA DAS GRAVURAS NOS BANHEIROS: VIOLÊNCIA ENQUANTO MENSAGEM.....	32
	II.VI ANÁLISE DAS NARRATIVAS.....	43
4	CAPITULO III: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	57
5	CONCLUSÃO	65
6	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre violência de gênero a maioria das pessoas logo pensa em violência doméstica, o que não está errado, porém, a violência de gênero tem outras facetas que merecem atenção e necessitam de análise. Além da violência explicitamente física podemos observar práticas tais como a violência financeira, psicológica, perseguição ou agressões verbais (difamação e injúria) e tantas outras formas de ataques violentos sofridos pelas mulheres nos mais diversos contextos sociais. Em algumas situações, particularmente, no ambiente universitário, até invalidar a capacidade intelectual, desqualificar a fala e a produção acadêmica também se configuram como violência. Todas essas dimensões da violência são reconhecidas como violência de gênero quando decorrem do simples fato de ser mulher, como reflexo das relações de gênero e de poder desiguais. O campo desta pesquisa, a universidade, não é um cenário isento de tais violências. Segundo Souza et al.(2021) a universidade produz uma espécie de hierarquia de relações, na qual o padrão heteronormativo acaba se impondo; já Souza, Lima e Silva (2021) acreditam que a violência e discriminação contra as mulheres é um reflexo não só de convicções pessoais, mas também coletivas, um reflexo da sociedade e do grupo no qual estamos inseridos.

Este trabalho apresenta como objetivo geral analisar narrativas de violência de gênero sofrida por estudantes no campus da UFAM, em Benjamin Constant-AM, bem como as estratégias que as estudantes vítimas usam para se proteger e/ou contornar/solucionar a situação. Os objetivos específicos são: 1-analisar as etapas da violência, identificar os atores e entender o desfecho das “histórias de violência” apresentadas nas narrativas; 2-identificar as reações dessas mulheres e suas estratégias pessoais de proteção e, 3- verificar as possíveis ações institucionais que a universidade desenvolve frente a esse fenômeno e como são identificadas as variações de violência.

A pesquisa foi desenvolvida com uso de métodos qualitativos, pois trata-se de análise de relações subjetivas afim de captar as experiências das mulheres que vivenciaram no espaço de produção científica situações marcadas pela violência de gênero. Como esclarece Minayo (1996):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1996, p. 21-22)

Este trabalho é baseado no projeto de pesquisa vinculado ao PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UFAM) intitulado “Narrativas de estudantes universitárias sobre a violência de gênero no ambiente acadêmico na região do Alto Solimões/AM” sob a orientação da professora Gilse Elisa Rodrigues e realizado entre 2022 e 2023. Esta monografia apresenta uma ampliação da perspectiva sobre o fenômeno da violência dentro da universidade, após a identificação dos tipos de violência que aquela pesquisa permitiu alcançar.

A definição das informantes-chaves foi feita a partir de redes de proximidade que mantenho, além de que estas interlocutoras participaram do projeto de PIBIC não como interlocutoras, mas como participantes de enquetes que foram feitas a fim de identificar o conhecimento dos alunos do INC sobre violência de gênero e identificar possíveis interlocutoras dispostas a contar sua narrativa. Foram feitas, neste questionário as seguintes perguntas: 1. Você sabe o que é violência de gênero? 2. Você tem conhecimento de algum episódio de violência de gênero/contra a mulher no INC?

Com o fato de já abordar o tema desde 2023 com o PIBIC, convívio diário com as interlocutoras as narrativas foram “surgindo”, isto é, em algum momento de conversas elas acabaram comentando sobre o episódio, que, após uma análise superficial junto a orientadora decidimos que era pertinente ao trabalho. Então foi feita a notificação com a intenção de utilizar seus relatos no TCC. Com essa rede de proximidade foi possível um retorno ao tema com mais facilidade e maior aprofundamento, sendo assim, foram realizadas pelo menos três conversas com cada uma das interlocutoras com vários retornos para ampliar, checar e atualizar informações. Ao longo das conversas fomos organizando os relatos e destacando suas noções e percepções sobre o tema.

Foi feito ainda um levantamento para identificar as possíveis denúncias de violência contra a mulher ocorridas na universidade no setor de serviço social e coordenação acadêmica. Não foram usados questionários ou formulários, as entrevistas eram abertas, pois segundo Boni e Quaresma (2005) esta técnica se caracteriza por ser de caráter exploratório:

Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. o que dentro do ponto de vista metodológico se fez necessário, pois se trata narrativas contadas pelas próprias alunas nas quais as deixei livres para contar suas experiências sem perguntas pré-estabelecidas ao longo dos encontros. (Boni e Quaresma, 2005, p. 74)

As entrevistas foram gravadas com aparelho celular, e feitas anotações no caderno de campo. Foram realizadas na residência universitária, em salas de aula, durante o intervalo e final das aulas, ou seja, sempre dentro do ambiente acadêmico, porém, sempre em situações que permitissem às interlocutoras ficarem à vontade, em condições favoráveis para abordarem um tema sensível.

O trabalho está dividido em três capítulos baseados nos objetivos. O primeiro traz um aparato teórico sobre os conceitos de violência de gênero e contra a mulher e relações de gênero abordando autores como Bourdieu (2002), Rita Segato (2013), Sherry Ortner (1979). No segundo capítulo trazemos narrativas de alunas com a suas experiências de violência dentro da universidade trazendo um “desfecho”, como acabam as situações de violência e as etapas no qual ocorre. No final deste capítulo apresentamos uma outra proposta de narrativa a partir das imagens coletadas nas portas e paredes dos banheiros da universidade como uma variação ou reflexo da violência de gênero; no capítulo três analisamos as reações dessas mulheres e as estratégias pessoais os recursos institucionais disponíveis para se proteger ou solucionar o problema da violência, seu ponto de vista e como pensaram em si e na situação após ter ocorrido. Neste terceiro capítulo analisamos também as ações da universidade e assistência social ante ao fenômeno.

A monografia aborda as narrativas de 04 alunas sobre situações de violência que sofreram, suas perspectivas sobre cada situação e as formas que usaram para se proteger dela. Essas discentes têm idades entre 23 e 31 anos, cursam Letras, Ciências Agrárias e do Ambiente e Administração, e se autodeclaram das etnias negra, branca e indígena. Destacamos aqui a importância da reflexão das próprias interlocutoras sobre suas experiências, o entendimento que elas obtiveram ao longo de nossos encontros e como isso as impactou em suas perspectivas sobre o tema. O número de interlocutoras resulta, não de uma escolha meramente metodológica, nem

de preocupação exclusiva com a representatividade das mesmas, visto que o estudo é, como já afirmado, de caráter qualitativo. A disponibilidade das estudantes para falarem sobre o tema e os elementos narrativos presentes nos eventos tiveram importância significativa para a escolha das quatro interlocutoras, pois apresentam variações importantes sobre as formas de violência.

O objetivo desta pesquisa é analisar narrativas de diferentes tipos de violência de gênero ocorridas no campus do INC da UFAM e as estratégias que as vítimas usam para se proteger usando de meios institucionais ou não, para entender suas formas cotidianas de resistência. Trabalha-se aqui com a ideia que as relações desiguais de gênero geram conflitos muitas vezes violentos, aqui o gênero é a categoria analítica principal que conduz a pesquisa e análise das narrativas. O papel que esta pesquisa detém é colocar em evidência as situações cotidianas de violência que ocorrem, muitas vezes, de forma velada ou naturalizada no ambiente acadêmico que é considerado um local “evoluído”, democrático e, contudo, apresenta ideologias e estruturas que favorecem a discriminação e violência de gênero ao mesmo tempo que são criadas formas de combate e resistência.

2 CAPÍTULO I: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Dentro do leque dos estudos de gênero destacamos nesse trabalho o tema da violência decorrente das desigualdades, especificamente, no contexto acadêmico, ambiente no qual as mulheres continuam ainda em uma posição desigual com relação aos homens. Neste primeiro capítulo, trazemos uma síntese teórica sobre violência de gênero produzida por autoras e autores das ciências sociais e antropologia. Iniciamos nossa linha do tempo teórica, por assim dizer, com Bourdieu abordando a violência simbólica e estruturas sociais de poder que produzem a assimetria entre masculino e feminino, logo seguimos com a produção de autoras feministas clássicas e contemporâneas que discorrem sobre a relação natureza/cultura, mulher/homem, relações de poder e desigualdade e finalizamos com uma discussão sobre a violência de gênero no ambiente acadêmico.

Segundo Sorj e Heilbord (1999) os trabalhos sobre gênero têm sido realizados desde a década de 50 do século XX, quando se discutiram a definição, conceito, a diferença entre os papéis de gênero, “ascensão” do feminismo e etc. Nos Estados Unidos os estudos sobre gênero tinham cunho feminista e refletiam sobre “a organização científica e profissional dominante”. Já na Europa o termo gênero não é utilizado na França e sim a expressão “relações sociais de sexo” e seguem um viés marxista. Já no Brasil os estudos sobre gênero são produzidos desde a década de 80 pelas teóricas feministas influenciadas pela luta estadunidense. Para entender a categoria analítica “gênero” dentro do recorte da violência iniciamos a nossa discussão com Bourdieu.

Em Bourdieu (2002), com uma visão pós estruturalista, o autor destaca como as relações fazem manutenção da desigualdade entre os gêneros na sociedade. As relações desiguais de gênero construídas, segundo o autor, por meio da relação de dominação e conseqüentemente reproduzidas na sociedade por meio das instituições. Neste trabalho o autor é utilizado para dar início ao nosso leque teórico dos estudos sobre gênero. Em Bourdieu (2002) é afirmado que a dominação masculina não é justificada apenas pela questão biológica baseado na força física, por exemplo, esse aspecto é apenas um dos fomentos usado para validação da subjugação de um gênero sob outro.

O autor pensa na dominação como uma estrutura de pensamento que sustenta a ideia do “ser homem” e do “ser mulher” que foram e ainda estão sendo construídos historicamente para os indivíduos ocuparem determinados lugares e apresentarem determinados comportamentos de forma a se tornar natural e comum. A divisão social desigual dos gêneros ou em termos mais atuais, o binarismo é visto, por exemplo, na divisão do trabalho que carrega uma série de símbolos que contribuem para manutenção da dominação masculina, pois designa lugar de atuação e valor, criando os ditos “trabalhos de mulher” e “trabalhos de homem” que acabam por condicionar ideias de gênero desiguais.

Para Bourdieu como a dominação ocorre dentro das estruturas, a consequência, por assim dizer, é a naturalização desse sistema desigual pois acaba invadindo o cotidiano dos indivíduos e seu imaginário; segundo o autor:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se anunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma intensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: distribuição social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estabulo[...] (Bourdieu, 2002, pag. 19)

Dessa forma, a dominação é regida pelo o que o autor denomina na de “*habitus*” que seriam as formas como as estruturas são inseridas no cotidiano dos sujeitos, garantindo assim a reprodução. Bourdieu aqui é importante para que possamos entender como a categoria analítica “gênero” deve ser observada a partir da perspectiva social e não biológica, levando em consideração as estruturas nas quais está alicerçado. Apesar das críticas a esta obra, que segundo Betti (2011) o autor ignorou as reflexões feministas sobre o tema e de colocar a mulher numa posição de aceitação da dominação, “Bourdieu dialoga especialmente com suas próprias teorias sociológicas, reforçando seu lugar de intelectual ‘dominante’, ao se colocar em um campo de estudos já bem estabelecido, não problematizando devidamente sua própria entrada neste campo” (BETTI, 2011, pág. 07). Todavia, apesar das críticas, Bourdieu apresenta uma importância atual no que se refere aos estudos de gênero, dominância, poder e violência simbólica, sua obra é usada ainda hoje por autoras

feministas, inclusive, que discutem as estruturas pelas quais a dominância masculina ainda se configura.

Falamos de violência de gênero pela ótica da violência simbólica de Bourdieu em sua perspectiva clássica das ciências sociais para entendermos como a violência está alicerçada tanto por estruturas e relações sociais, mas também é uma construção histórica. Agora abrindo mais o nosso leque teórico sobre estudos de gênero, não podemos ignorar como a literatura feminista foi produtiva criticando e utilizando de tais conceitos e criando outros.

Trazemos aqui uma autora muito citada em estudos feministas e de gênero: Sherry Ortner (1979), autora que analisa quais seriam as possíveis justificativas para a universalização da inferiorização da mulher. Ela analisa a relação mulher/homem e faz um link com a relação natureza/cultura. A autora aponta que a subordinação da mulher é possível pois, nas diferentes culturas a mulher parece estar mais próxima ou corresponde aquilo que é desvalorizado, no caso a “natureza”. Ortner nos apresenta “cultura” e “natureza” desta forma, entre aspas para indicar que são categorias conceituais, que estão numa espécie de campo analítico. Assim sendo, cada povo, por exemplo, cria regras de como manter esta ordem,

Em todo caso, minha posição é simplesmente que cada cultura reconhece e mantém implicitamente uma distinção entre a atuação da natureza e a atuação da cultura (a consciência humana e seus produtos), e mais, que a diferença da cultura se apoia precisamente no fato de poder na maioria das circunstâncias transcender as condições naturais e transformá-las em para seus propósitos. Portanto, a cultura (isto é, cada cultura) em algum nível de percepção demonstra não ser somente distinta da natureza, mas superior a ela e este sentido de diferenciação e superioridade se apoia o precisamente na capacidade de transformar- “socialização” d “culturalização” - a natureza. (Ortner, 1979, pág. 101)

Neste caso, simbolicamente as mulheres são associadas à natureza e os homens à cultura, assim a subordinação é justificada e utiliza alguns mecanismos ou elementos como ideologias culturais, papéis de gênero ou divisão social do trabalho, esquemas simbólicos e rituais (a autora cita a violação e o rapto de mulheres como forma de repressão) e a exclusão das mulheres de determinados espaços, aproximando ainda mais a mulher da natureza do que da cultura e naturalizando a elas este local. E mesmo que em algumas culturas a mulher não seja equiparada à natureza, ela é considerada como algo inferior “sendo menos transcendente à natureza do que os homens,” (ORTNER, 1975, p. 101).

A autora apresenta três níveis de subordinação ligadas à questão fisiológica para explicar o motivo do porquê as mulheres são ligadas à natureza: o corpo, os papéis sociais e a estrutura psíquica feminina. Sobre o corpo a autora utiliza do pensamento de Simone de Beauvoir (1953) para explicar como os corpos femininos estão sempre ligados à gestação como máxima de sua importância.

Em outras palavras o corpo feminino parece condená-la a mera reprodução de vida; o homem em contraste, não tendo funções naturais de criação deve (ou tem a oportunidade de) basear sua criatividade extremamente 'artificialmente por meios de símbolos e tecnologia. Assim agindo, ele cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais, enquanto a mulher cria seres perecíveis- os seres humanos (Ortner, 1975, p, 104)

Isso explica, por exemplo o fato de que em algumas culturas a função masculina seja o uso da força ou “envolvem a destruição [caça e luta]” que é considerado de maior importância do que a função dada à mulher. Beauvoir faz ligação da dualidade morte/vida aonde a morte tem relevância, no qual o homem age sobre a morte (caça e luta) em oposição a mulher que tem como função gerar a vida. Assim, a ascendência masculina é promovida arriscando a vida, sendo considerado mais forte tendo o poder sobre vida e morte e não gerando, visto que o ser humano se destaca devido ao gênero que mata os outros animais e seus inimigos e não por que gera vida (Ortner 1975).

Porém, vale a pena salientar que ao mesmo tempo em que a mulher é excluída, sem ela os sistemas entrariam em colapso, como aponta a autora, pois ainda é um ser que cria símbolos, cultura e relações sociais ao mesmo tempo que participa deles. Ortner termina este primeiro nível de subordinação (corpo), por meio de Beauvoir, dizendo que esta condição de opressão é justificada pela fisiologia, tem cunho biológico, sendo ligada ao elemento “natureza” por meio da função reprodutiva da mulher. A mulher está ligada às funções de reprodução, pelo fato de ser ela quem gera em seu corpo, por ser ela quem engravida e esta é, portanto, a sua função natural.

O segundo nível de subordinação se apoia na questão do papel social exercido pela mulher e no fato da mulher aceitar/concordar com esta posição. Dessa forma, as funções fisiológicas limitam o acesso da mulher a certos lugares, atividades e movimentos sociais enquanto o homem é livre para criar e manter a cultura. Assim não só seu corpo, mas as situações e funções sociais a mantem no lugar mais próximo à natureza, logo, de subordinação. A autora se refere especificamente ao ambiente

doméstico e familiar como “confinamento” pois considera ligado diretamente ao processo reprodutivo, mais especificamente ao processo de lactação. “As mães e seus filhos, de acordo com razões culturais, se pertencem” (Ortner, 1975).

As crianças assim como as mulheres são colocadas como mais próximas à natureza pois ainda não estão inclusas nas práticas culturais. Em algumas culturas apenas após os ritos de passagem a criança perde esse status e passa a atuar ativamente na sociedade, deixando de ser criança, e o papel de cuidado é das mães, nesse primeiro momento. Com isso a autora quer dizer que é considerado papel da mulher cuidar das crianças, alimentá-las e orientá-las e por isso é “confinada” ao espaço doméstico, no lar. Porém a participação desta mulher neste local doméstico e privado não a isenta de participar do processo cultural “[..] a mulher alimenta e cuida da criança não só numa simples operação de vigilância, ela é na verdade o primeiro agente de sua precoce socialização” (Ortner, 1975). O que entendemos sobre isso é que a mulher, é parte fundamental para as dinâmicas sociais do âmbito privado no qual está mais imersa, ao mesmo tempo que participa do âmbito público mesmo não sendo considerada nele como alguém relevante.

Por fim, o terceiro nível de subordinação apresentado pela autora diz respeito à estrutura psíquica da mulher, ou seja, não só o corpo e os papéis sociais são diferentes, a psiquê feminina apresenta certas características que a aproximariam da natureza também. A autora utiliza de duas autoras (Chodorow e Carlson [1971]) para compor sua perspectiva, assim ela conclui que a psique masculina é considerada objetiva e abstrata enquanto as mulheres são subjetivas e “inclinadas a fenômenos concretos”. A autora entende que esta distinção é algo socialmente construído desde a infância e não algo biologicamente estabelecido, visto que num primeiro momento a mãe é parte da socialização dessas crianças, porém em algum momento o menino é tirado do seio da mãe, a grosso modo de dizer, e é incluído na cultura enquanto a menina participa do processo de aprendizagem de seu papel social doméstico.

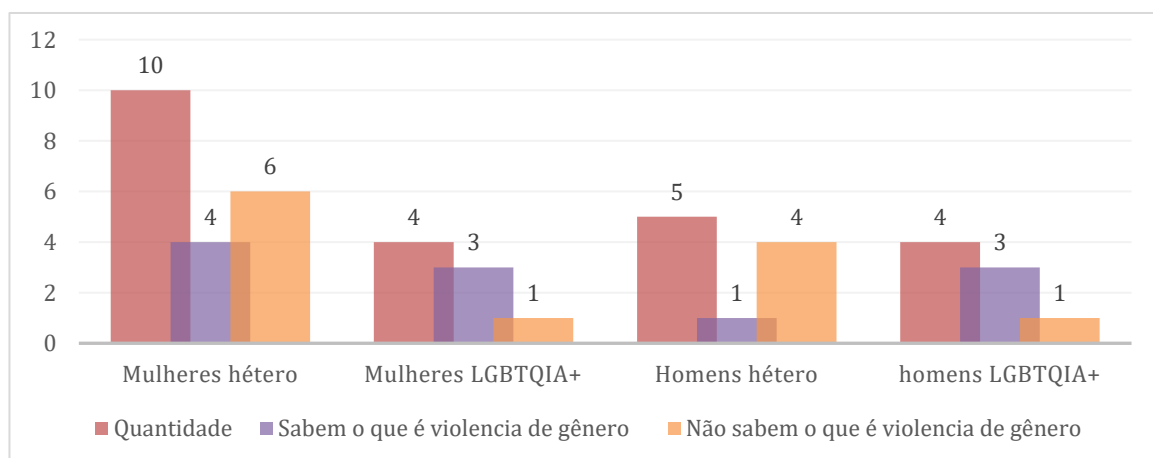
O que se pode entender sobre essa reflexão de Ortner é que o homem mantém o sistema a seu favor, como os homens podem assegurar o sistema desigual de gênero, como entendem e confiam na cultura do machismo para manter as mulheres em condição de subordinação, dessa forma as mulheres acabam reproduzindo esta desigualdade sobre seus corpos e psiquê. Dentro deste trabalho, Ortner é utilizada para entendermos que a violência de gênero afeta as mulheres nos níveis sociais,

físicos, comportamentais e psicológicos e que esta subordinação em diferentes níveis, faz com que a violência seja naturalizada e reproduzida tanto nas relações domésticas e familiares como nas demais organizações sociais- inclusive a universidade- mascarando e /ou naturalizando relações de desigualdade.

A perspectiva da teoria feminista clássica, identifica a desigualdade de gênero e a violência dela decorrente, como resultado de uma estrutura social desigual. São relações de poder que produzem papéis e condições sociais desiguais e privilegiam, via de regra, o masculino, colocando as mulheres em uma posição de inferioridade. Neste sentido, como afirma Saffiotti (2015), a estrutura patriarcal constitui-se em um tipo específico de relações de gênero, que submete as mulheres ao poder masculino em todas as dimensões da vida social, seja na esfera pública ou privada.

Podemos utilizar aqui outra autora feminista para entender como os homens podem assegurar o sistema desigual de gênero. Em Mara Viveiros (2018), é apontado como os homens podem ser cúmplices do sistema desigual, o que resulta no não reconhecimento de problemáticas de gênero, como o machismo e assédio afim de se manter na posição de privilegio. Assim, os homens pouco se interessam pelas questões de gênero pois pouco lhe afetam o que pode explicar o descaso ou não reconhecimento em pautas feministas e afins por parte de muitos homens. No trabalho de PIBIC de Sousa (2023) há um gráfico que nos auxilia a entender melhor essa relação:

Gráfico 1- Relação de interlocutores segundo gênero, orientação sexual e entendimento sobre violência de gênero.



Fonte: Sousa, 2023

No gráfico se observa que dos 09 homens entrevistados, 04 sabem o que é violência de gênero, dentre esses 03 são autodeclarados LGBTQIAPN+ e 01, hetero. Dentro desse recorte apenas 01 homens hetero soube o que era violência de gênero enquanto outros homens entrevistados não sabiam sobre o assunto, já a maioria dos homens LGBTQIAPN+, ao contrário, tinham algum conhecimento sobre. O que pode explicar os homens LGBTQIAPN+ a terem um entendimento da pauta é que ambos são minoria social que sofrem opressão oriundos do mesmo “lugar”: o patriarcado. O homem gay, por exemplo, ao se afastar do padrão e se aproximar da figura da mulher, sofre homofobia e a mulher sofre com o machismo que pretende mantê-la num lugar doméstico e de submissão. Na pesquisa de Sousa (2023) é mostrado como alguns homens além de não se interessarem sobre o assunto ainda faziam piadas como “violência de gênero é quando a minha mulher grita comigo” o que reforça a ideia de Mara Viveiros que os homens colaboram com o sistema patriarcal, que nesse caso aparece na figura do homem que não se preocupa em entender como o machismo e a violência atuam sobre as mulheres na atualidade.

Seguindo esse raciocínio, se faz necessário entender como o machismo estrutural também é um dos pilares da violência de gênero. As autoras PAULA e SANT’ANA (2022) compreendem por machismo estrutural o conjunto patriarcal de opressões que permeiam as estruturas sociais sendo paralelo ao racismo e desigualdade de classe que também consideram uma base de nossa sociedade. Neste artigo as autoras debatem a violência contra mulher no Brasil contemporâneo por meio do machismo. As autoras analisam o crescente número de violência contra a mulher entre 2019 e 2022 atrelado a onda de conservadorismo que também foi crescente nessa época que se manifestavam com discursos de pessoas públicas (como exemplo o ex-presidente Jair Bolsonaro) e casos de violência que eram absolvidos no judiciário (caso Mariana Ferrer¹) que refletem como o machismo estrutural é validado:

¹ Mariana Ferrer foi uma digital influencer, que em 2018 acusou André de Camargo Aranha de tê-la estuprado. Em 2021 o caso foi à justiça e foi marcado por violência institucional. Mariana foi humilhada e constrangida durante o julgamento pela defesa do acusado sem intervenção do promotor ou juiz. O réu foi absolvido com o argumento de que não teve a intenção de abusar sexualmente da vítima e alegou “estupro culposo”. Este termo não existe no Código Penal Brasileiro e gerou indignação nacional. Para ver mais acesse o link: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/03/caso-mariana-ferrer-ataques-a-blogueira-durante-julgamento-sobre-estupro-provocam-indignacao.ghtml>

[...]validam o machismo com seus posicionamentos sexistas, atuam de maneira intensa contra as mulheres, nos mais diversos níveis (da violência simbólica ao feminicídio) e esferas. Antes disso, porém, contextualizamos o quanto a explicitação do machismo tem sido flagrada, pois os sujeitos têm se sentido autorizados a se manifestar, na certeza da impunidade (PAULA, ANT'ANA, 2022, p. 7560).

Segundo FERREIRA, MODESTO E BARROSO (2021) a violência contra a mulher resulta de como as relações entre homens e mulheres foram construídas historicamente e tanto os papéis de gênero, comportamentos, condições de poder e também a violência são implicadas por estas relações que são sustentadas por uma sociedade capitalista-racista-elitista. Para as autoras o Brasil ainda não superou suas bases escravocratas dessa forma validam desigualdades de raça e outras desigualdades como as de gênero e classe que invadem todos os espaços e acabam gerando violência, as autoras destacam a violência sexual nos mais diferentes níveis e apontam a importância do debate e luta política, social e acadêmica.

Para explicar melhor como o machismo, racismo, questões de gênero e identidade e classe social se entrelaçam nesse trabalho utilizaremos o conceito de Interseccionalidade. Para ilustrar esse conceito, utilizaremos de exemplo um meme que viralizou em 2021 nas redes sociais e pode ser encontrado no canal no YouTube HolyefieldRDK, através do link <https://youtube.com/shorts/Lbcgv9AAr4c?si=NpBez7XgCAW4bSxT-> Trata-se de uma mulher que dá socos no ar, um rapaz negro “costurou” o seu vídeo e interagiu com ele dizendo: “Esquivo, esquivo[dos socos], leo tus derechos, no tienes sos mujer. Veo los meus, peor soy negro. Me desapareco.[ele desliga a luz para desaparecer]”. No meme, para se defender dos socos, o rapaz “lê” os direitos da mulher (que é branca), no sentido de lhe tirar as forças dos golpes e para isso ele lê os direitos dele enquanto homem, teoricamente teria vantagem, porém ele é um rapaz negro, logo também não tem direitos, então desliga a luz para “desaparecer”.

Segundo Akotirene (2019) a interseccionalidade é uma abordagem teórico-metodológica capaz de compreender a “inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado”(AKOTIRENE, 2019, 14) principalmente quando se cruzam nas estruturas sociais que, segundo a autora, não se somam e sim “andam juntas”. A autora nos faz refletir através do prisma da decolonialidade sobre a importância de entender a complexidade deste conceito pois, à medida que pode ser

alvo de opressões, pode-se contribuir para a sua reprodução. A exemplo, uma mulher negra pode reproduzir racismo ou machismo pois o sistema capitalista/patriarcal/racista em que vivemos são fenômenos estruturais com raízes na escravidão e colonização que moldaram nossa sociedade.

Para Vigoya (2018) a dominação não se dá pela condição social em si ou pelos marcadores sociais simplesmente, mas sim pela forma que é produzida, em qual ordem social está, o local, quais são os marcadores de diferença, assim como no meme a mulher não foi apenas dominada como dizia Bourdieu, em relação com o homem negro sua posição saiu de oprimida para opressora devido ao fator “raça”. Dessa perspectiva interseccional trazida pelo feminismo negro que entende que juntamente com o machismo, o racismo e outros marcadores sociais de diferença, também se discute que partindo das diversas formas de dominação podem ocorrer diferentes formas de violência e estas podem ter destinos certos ou corpos certos, assim como podem criar outros agentes discriminatórios. Dessa forma, esta perspectiva pode ser ampliada para as questões aqui abordadas, na medida em que as interlocutoras apresentam marcadores sociais distintos (etnia, classe e identidade de gênero) ao passo que estão inseridas numa universidade que mantém estruturas cishetero-patriarcal-racista-elitista, a interseccionalidade permite que observemos como essas alunas podem ser atingidas.

Neste trabalho, a universidade se torna o palco onde observamos o fenômeno da violência de gênero se apresentar de diferentes formas. Ao longo da história, a luta por direitos e ocupação de espaços pelas mulheres foi marcada por objeções de grupos dominantes, tomando exemplo de Marie Curie, a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel e a única pessoa a ganhar dois Prêmios em diferentes categorias de conhecimento (química e física). A cientista enfrentou uma comunidade acadêmica que teve resistência em aceita-la, além de todo o machismo ela teve em diversas vezes de usar pseudônimos ou o nome do marido para conseguir realizar seus estudos e publicações. Hoje em dia as mulheres ainda enfrentam dificuldades, claro, não como Marie Curie, pois a sociedade ocidental avançou bons passos no que diz respeito ao direito das mulheres, porém, hoje em dia a violência de gênero se apresenta de outras formas e escolhe corpos, características, idades e outros marcadores para “atacar” principalmente, quando apresenta mais de um marcador. Embora se apresente como um espaço de conhecimento, a universidade não está

imune as ideologias de violência, preconceito e discriminação que estão presentes na sociedade.

O debate sobre a violência de gênero é produzido na tentativa de desnaturalizar este fenômeno das estruturas sociais, dentro das universidades. De acordo com Porto (2017) desde 2015 os números de denúncias de violência contra a mulher têm crescido, o que pode indicar que apesar de ser uma violência muitas vezes encoberta, o acesso aos direitos tem se tornado algo mais facilitado trazendo a luz a importância de políticas que enfrentem este tipo de violência. Justamente por ser atravessada por estruturas que também atravessam a sociedade, a universidade não pode ser considerada um local neutro. Segundo Andrade, Martins e Medeiros (2021) as estruturas patriarcais, racistas, elitistas e de orientação sexual fazem manutenção da violência institucional e simbólica contra as mulheres, por isso ela pode ocorrer no ambiente acadêmico, pois mesmo tendo ouvidorias acabam não sendo eficientes devido ao que vou chamar de “proteção institucional”. Com esta expressão refiro-me à situações em que a instituição preza mais pela reputação do que pelo enfrentamento e resolução de um problema grave como a violência de gênero, levando a alguns casos serem tratados “por baixo dos panos” ou serem silenciados. A violência de gênero pode ser notada também em comentários machistas mascarados como brincadeira ou piada, exclusão e desvalorização da capacidade intelectual e acadêmica, assédios moral e sexual. As omissões da instituição também indicam violência pois mantem impune os agressores que podem voltar a cometer tais atos novamente.

Desta forma, a violência contra a mulher neste cenário, por estar refletindo estruturas da sociedade e ocorrer de forma velada, muitas vezes reforça discursos como “foi só uma piada” quando se caçoa do sotaque de uma aluna indígena ou “mulher tem que se dar o respeito e usar roupa decente” em casos de assédio. Sousa, Lima e Silva (2021) analisam como esta violência ocorre no cotidiano, deixa marcas psicológicas dificultando a vida acadêmica das mulheres afetadas. Dessa forma agindo de maneira disfarçada entrelinhas, no cotidiano, esta violência acaba por ser naturalizada e a inferiorização das mulheres acaba por ser validada dificultando assim identificá-la e combatê-la. Segundo as autoras é importante que se tenha uma abordagem interseccional para lidar com o assunto pois mulheres negras, LGBTQIAPN+, indígenas, pessoa com deficiência e que apresentem outros

marcadores são as mais afetadas visto que o ambiente universitário é atravessado por estruturas racistas, elitistas, patriarcais e etc. As autoras entendem a universidade como local de enfrentamento e destacam a produção de estudos de “sexo/gênero, étnico-raciais e classe e formulação de políticas institucionais como respostas que visem desnaturalizar[...] a produção e reprodução de violências[...]” (SOUSA, LIMA E SILVA 2021).

3 CAPÍTULO II: NARRATIVAS E ANÁLISE: DO PROCESSO AO DESFECHO DA VIOLÊNCIA

Neste capítulo como já sugere o título, trazemos as narrativas das discentes sobre suas experiências de violência dentro da universidade, analisando o “desfecho”, isto é, como acabam as situações de violência sob suas perspectivas e também seus sentimentos e percepções sobre os episódios ocorridos. Não identificaremos nenhuma das alunas em respeito às mesmas visto que o assunto em questão é delicado e também a pedido delas que fizeram questão do anonimato. A opção pela metodologia das narrativas se deu devido à experiência positiva com o projeto de PIBIC que se mostrou eficaz para evidenciar as subjetividades e pensamentos de nossas interlocutoras.

Segundo Maluf (1999) a importância das narrativas enquanto metodologia para a antropologia se dá no que a autora chama de encontro com o outro “onde se busca, além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido.” (MALUF, 1999, pág. 70), isto é, colher estas narrativas é olhar para o interlocutor não mais como um objeto de estudo ou como um dado e sim como construtor de uma experiência singular ligada à uma dimensão social. As análises de narrativas podem ser uma boa forma de entender as características de um grupo através das falas do interlocutor; ao falar de si, este pode revelar sua identidade individual e coletiva.

Em termos de metodologia é importante que o antropólogo, ao colher as narrativas se atente a outros aspectos além da fala, interpretar o que sente o narrador, sua expressão corporal e também mantenha o olhar etnográfico, visto que as narrativas podem ter a forma de uma história de vida ou autobiografia aonde o indivíduo no momento em que narra sua história, também reflete sobre ela, assim o antropólogo deve interpretar a narrativa para capturar a essência da experiência do narrador e a sua reflexão. É importante que o antropólogo saiba se apresentar como pesquisador, mas também como um ouvinte visto que sua posição pode intimidar o narrador, segundo Maluf (1999):

Foi, sobretudo, nas conversas mais aprofundadas com meus informantes que eu expus claramente o objetivo de meu trabalho. Algumas vezes o desconforto inicial – devido a um olhar por demais investigador ou a uma escuta muito atenta de minha parte – se

agravava pela presença do gravador colocado entre eu e meu interlocutor. (MALUF, p. 80, 1999)

Esta situação se faz evidente quando, neste trabalho tivemos conversas formais utilizando gravadores e guia de narrativas e também conversas informais com nossas interlocutoras, nos corredores, na fila do restaurante universitário, no barzinho aos finais de semana. Saber o momento de conduzir a conversa para que as interlocutoras se sentissem à vontade faz parte do trabalho antropológico. Através das narrativas destas alunas do INC, foi possível acompanharmos seus pensamentos ao passo que observávamos juntas como a visão da situação de violência ia se expandindo, permitindo que reconhecessem e entendessem a gravidade da violência e si mesmas enquanto alunas com direitos e proteção dentro do espaço universitário. Abaixo seguem as narrativas:

II.I INTERLOCUTORA UM

Esta interlocutora tem 22 anos, do curso de Ciências Agrárias e do Meio Ambiente foi moradora da Residência Universitária (RUNI), cenário no qual o episódio de violência ocorreu. A vítima conta que num final de semana estava em seu apartamento dormindo e nesta noite não trancou o seu apartamento pois sua irmã e sua outra colega de quarto iam voltar mais tarde. Nesta noite, já com todas as moradoras no apartamento o seu sono foi interrompido quando ouviu alguém entrar no seu apartamento e pensando que era uma de suas colegas de quarto, tentou voltar a dormir e foi aí que sentiu alguém deitar na sua cama, quando se virou viu que era um de seus amigos, ele estava bêbado e tentava beijá-la enquanto pedia para ter relações sexuais com ela. A interlocutora, ainda assustada, perguntou o porquê de ter entrado em seu apartamento e enquanto ele a agarrava a força, umas das colegas de quarto se levantou pois se incomodou com o barulho e enquanto o afastava, tentando se proteger ela o mandava sair de seu apartamento, ele -segundo a interlocutora- vendo que não conseguiria nada, saiu de sua cama e ainda questionou o fato da porta estar aberta e por isso entrou, que se não quisesse que alguém entrasse, deveria trancar.

A aluna relata que era costume entre suas colegas deixarem a porta destrancada já que havia apenas uma chave então algumas noites ocorria de “não passar a chave”, como popularmente é dito e acredita que o agressor sabia desse detalhe devido ao fato de que era parte do mesmo grupo de amigos, faziam refeições em seu apartamento e mantinham um contato mais próximo, além que já havia entrado outras vezes bêbado em seu apartamento, porém nunca tentou nada contra ela ou outra colega. Depois do ocorrido, a interlocutora se afastou do agressor pois não se sentia confortável e evitou, em suas palavras evitou “dar confiança”, isto é, intimidade além de o tratar mais friamente e com uma certa rispidez para que ele visse que não queria mais contato ou a amizade que antes tinham e aos poucos foi se afastando e hoje em dia mesmo o vendo pelo hall da UFAM ela o ignora como se não o conhecesse, ela também se afastou dos amigos que tinham em comum pois evitava estar nos mesmos ambientes que o rapaz. Ela acredita que o rapaz pode ter entendido como uma confiança que ela na realidade, nunca lhe deu.

Quando a interlocutora me contou sobre o fato pela primeira vez foi no dia seguinte ao ocorrido, insisti que ela fizesse uma denúncia na assistência social e na polícia visto que ele a importunou sexualmente pois o intuito dele era o intercursos sexual, porém ela não quis e me pediu segredo pois não queria que soubessem. No nosso último encontro a questioneei o motivo de nunca ter denunciado e ela respondeu que sentia pena pois sabia que ele não tinha como pagar aluguel, naquele momento ainda era envolvida pelo sentimento de amizade e terminou dizendo que se fosse hoje, com o sentimento e consciência que tem, denunciaria sem pensar duas vezes. Nossa interlocutora, em conversas informais mais recentes, disse que preferiu evitar que o fato fosse conhecido pois segundo ela poderiam levantar-se boatos distorcendo o caso. Ela disse: “Tu sabe como é esse povo de Benjamim, tudo é fofquinha e pra eu virar a puta fazendo doce é dois pulos” então ela escolheu não abordar mais o assunto se protegeu saindo dos ciclos de amizade, evitando estar nos mesmos locais, mudando de endereço e cortando qualquer laço com o rapaz o caso não foi levado a diante pois preferiu resolver desse jeito e não “levantar polemica” com seu nome para evitar fofocas e boatos que de alguma forma voltasse para ela de forma negativa. Esta interlocutora ainda se encontra na metade de seu caminho na universidade e depois deste episódio disse que pretende filtrar mais suas amizades masculinas.

II.II INTERLOCUTORA DOIS

Com 25 anos a interlocutora era finalista e representante do Núcleo Administrativo da Residência Universitária (NAR). A interlocutora conta que os representantes do NAR têm como parte das suas obrigações, relatar na assistência social os moradores que quebram as regras e que já havia feito relatórios sobre o agressor que mais de uma vez havia entrado com bebida alcoólica na RUNI. Eis que num momento em que estava pegando sua chave com o agente de portaria, na guarita, um aluno a abordou e proferiu várias palavras de baixo calão e a ameaçou de agressão física caso ele recebesse mais uma advertência. A interlocutora relatou que toda essa abordagem agressiva do rapaz foi por causa de uma delação sobre bebidas que resultou em advertência que ele soube que foi a interlocutora quem fez.

Ela notou que ele estava alterado pois estava bêbado e resolveu não “bater de frente” como é popularmente dito. Eu a questioneei se não era pelo fato de ser mulher, ela inicialmente me respondeu que não, porém em um outro momento ela me abordou, disse que refletiu e que chegou à conclusão que o rapaz em questão a agrediu verbalmente pois ela é uma mulher e no momento da agressão estava sozinha. Quando a agressão ocorreu, o agente de portaria viu toda a situação e disse que a situação iria para seu relatório, que conseqüentemente iria para a assistência social, a interlocutora insistiu para que o agente de portaria não o fizesse pois isso poderia resultarem perseguição. Para evitar um episódio como esse, quando havia que intervir ou relatar uma situação, ela falava ou com o agente de portaria ou com os presidentes do NAR que eram homens, mas não ela diretamente assim interlocutora falou que continuou fazendo suas obrigações enquanto integrante do NAR e evitando uma perseguição dos moradores.

Ela informou, em outro momento, que resolveu a situação com este rapaz junto a assistência social. A assistente social chamou o rapaz para uma conversa e lhe deu recebeu uma advertência. Temendo que em um outro estado de embriagues, o rapaz a agredisse, os dois foram ouvidos e a situação foi esclarecida e resolvida de forma pacífica. Ela afirma que considera o caso encerrado e que não acha possível uma investida violenta do rapaz depois da ida ao setor de assistência social e que está lidando bem com isso tanto que em uma festa, lhe deu umas cervejas para selar a

paz. Ela apontou, durante a conversa, sobre as dificuldades em ser mulher em cargo de liderança:

“Eles sempre desconfiam do teu potencial, principalmente se for nova, até teu histórico de vida é levado em questão. Eles acham que a gente não dá conta, que não tem o mesmo pulso de homem”. Ela termina a fala, em tom brincadeira, em meio a risos que desabafou e se sentia mais leve em falar sobre esses fatos. Esta interlocutora foi representante do NAR até a sua formatura e aponta a experiência como desafiadora e importante para seu currículo e desenvolvimento acadêmico e pessoal.

II.III INTERLOCUTORA TRÊS

A interlocutora em questão é uma mulher trans e conta que em seu terceiro período foi vítima de transfobia. Durante o curso de férias, a interlocutora conta que ao tentar usar banheiro feminino, foi impedida de entrar por um funcionário de serviços gerais da UFAM, este funcionário lhe ordenou que usasse o banheiro masculino, a interlocutora assim o fez pois pensava que era uma regra que a mesma deveria seguir. Ela aponta que naquela época não sabia de seus direitos ou que havia leis de amparo a pessoas transgênero e por isso não reagiu. A interlocutora relata que além de ter que lidar com transfobia de pessoas hétero, ela tem que lidar com a transfobia vinda da própria comunidade LGBTQIA+ principalmente no que diz respeito sobre seu corpo, sua aparência, invalidando sua transição pelo fato de não tomar hormônios, sua voz grossa, seu corpo não ser hiperfeminino e por ser indígena. Piadas sobre sua aparência ocorrem dentro e fora da universidade, inclusive vindas de outras pessoas transgênero.

A questioneei se ela se sente segura dentro da universidade, ela respondeu que sim, pois a coordenação acadêmica lhe ofereceu suporte institucional em caso de possíveis denúncias. A interlocutora conta que ainda ocorrem de forma corriqueira, piadas e chacotas nas filas do R.U(Restaurante Universitário) ou no hall do campus, mas sempre relata para a coordenação acadêmica, o/a discente é chamado e não retorna a ocorrer por parte desse/a aluno/a, por isso se sente segura; na sala de aula, mesmo com seu nome não ser retificado em cartório, os professores a chamam pelo

seu nome social, apenas os professores que não a conhecem na hora da chamada, por exemplo a chamam pelo nome masculino.

A interlocutora afirma que mesmo com este amparo institucional e não tendo medo de denunciar ela não reage pois tem medo de agressões, principalmente vindas de homens. Esta aluna permanece sua jornada acadêmica e confia na proteção institucional e está também na busca por reconhecimento de sua identidade dentro e fora da universidade, principalmente, na sua comunidade de origem, seu amor por dança, disputas e desfile de beleza assim como os festivais folclóricos de boi bumbá lhe fazem resistir como mulher e aluna.

II.IV INTERLOCUTORA QUATRO

Nesta narrativa a interlocutora tem 31 anos e cursa Administração, ela nos relatou sua experiência enquanto representante discente no colegiado do curso, no cargo de suplente, como foi tratada e constrangida por um professor durante uma reunião. A nossa narradora conta que os alunos de uma determinada turma procuraram os representantes discentes do colegiado para tentar resolver uma questão com um professor que chegou no final do período e quis ministrar aulas corridas com muitos trabalhos em sequência. Ela, enquanto representante, sugeriu um abaixo assinado para suspender essa disciplina naquele período, o documento foi levado para a coordenação do curso e depois para a coordenação acadêmica do Instituto. Porém no momento da reunião com o coordenador acadêmico o professor em questão chegou para participar e se voltou para nossa interlocutora pedindo de forma grosseira que ela se retirasse da sala, visto que ela não estava inscrita na disciplina.

Ela prontamente falou que era parte do quadro de representantes no colegiado e que os alunos pediram sua ajuda e por isso estava na reunião, ao passo que o professor lhe disse “Você não representa nada, não é para você estar aqui”. Nossa interlocutora, que em suas próprias palavras não se cala para ninguém, respondeu ao professor afirmando mais uma vez que estava ali como porta voz dos alunos que a procuraram e que se ele se incomodava com a presença dela na reunião, que ele se retirasse. Nesse momento ela afirma que ele ficou alterado e foi preciso que o seu

outro colega representante e coordenadores falassem para ele que sim, ela falava em nome dos alunos por ser representante e que a presença dela era válida.

A reunião teve prosseguimento, mas segundo a aluna “Em momento algum ele quis ouvir o que eu tinha a dizer, só ficou praticamente me xingando e me expulsando da sala”. Ao ser perguntada como ela se sentiu ela respondeu: “ Eu realmente fiquei constrangida com a situação e falei pra ele que eu não ia respeitar ele como professor assim como ele não ‘tava’ me respeitando nem como aluna, nem como mulher e que se tivesse algo contra mim que falasse pra mim e não em um momento de reunião, porque era pra tratar sobre a disciplina mas também sobre os métodos que ele ‘tava’ aplicando e que não era da minha parte e sim de outros alunos e que ‘tava’ todo mundo cansado disso, mas ele simplesmente ficava ali tentando me atacar o tempo todo e pedindo pra ‘mim’ calar a boca e sair da sala que eu não fazia parte [da disciplina] e naquele momento eu me senti mal”.

Depois desse episódio a aluna decidiu não mais se envolver nesse caso específico pois se sentiu desvalorizada, uma vez que sua posição de representante foi desvalorizada e também se sentiu atacada enquanto mulher e aluna, pois o professor gritava com ela e apenas com ela. Ela afirma que pela agressão verbal do professor e por ser a única mulher naquela sala de reunião, decidiu não participar desse caso mesmo com os alunos pedindo sua ajuda e coordenadores terem saído em sua defesa. Ela não prestou nenhuma queixa sobre o professor pois em suas palavras “quis deixar pra lá porque ele começou a [fazendo sinal de aspas com as mãos] me perseguir, então melhor deixar”

II.V. UMA NARRATIVA ETNOGRÁFICA DAS GRAVURAS NOS BANHEIROS: VIOLÊNCIA ENQUANTO MENSAGEM

Durante a realização da pesquisa chamou-me a atenção os desenhos e inscrições dos banheiros, então decidi ampliar a minha investigação etnográfica complementando as narrativas com uma descrição de imagens, desenhos rabiscados nos banheiros da universidade. A partir dessas imagens registradas por celular proponho uma reflexão sobre as diversas formas como a violência é retratada. Essa análise de imagem se justifica pois desde as primeiras expressões gráficas na história

da humanidade, como as pinturas rupestres que registravam aspectos da vida cotidiana dos povos pré-históricos, até as pichações urbanas que marcam territórios ou traduzem os apelos sociais das periferias, as gravuras e inscrições sempre carregaram significados que vão além da simples estética.

Essas manifestações visuais são formas simbólicas de comunicação que, muitas vezes, revelam estruturas sociais, conflitos, desigualdades e questões como gênero, identidade e violência. Partindo dessa perspectiva, a presente narrativa etnográfica buscou observar e analisar as inscrições encontradas nos banheiros do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da UFAM, com o objetivo de identificar expressões que possam ser interpretadas como manifestações de violência de gênero, além de refletir sobre o uso desses espaços como canais informais de denúncia, desabafo ou reprodução de discursos discriminatórios.

Durante a investigação, foram visitados todos os banheiros do INC que estavam acessíveis no momento da pesquisa, os banheiros em que foram encontradas gravuras estão localizados no Bloco 1 (térreo masculino), Bloco 2 (primeiro andar masculino e feminino) e no Bloco Antigo (banheiros femininos e masculinos), as fotos foram registradas num final de semana para que se evitasse constrangimentos ao entrarmos nos banheiros masculinos. Os banheiros dos Blocos 1 e 2 são encontrados no final dos corredores, cada banheiro apresenta cinco boxes, sendo o último com chuveiro, cada bloco apresenta dois banheiros, um masculino e um feminino, por andar então cada bloco apresenta quatro banheiros.

Já no Bloco Antigo são apenas dois banheiros, encontrados logo atrás da sala de estudos, estão dispostos um ao lado esquerdo(masculino) e um ao lado direito(feminino) do corredor, apresentando três boxes cada, sem chuveiro. Todos os banheiros, de todos os blocos apresentam pias e com exceção do Bloco Antigo, todos apresentam espelhos. Vale mencionar que apenas os Blocos 1,2 e 3 apresentam banheiros para PCDs que em sua maioria encontram-se fechados. As gravuras foram feitas com diferentes materiais, como lápis, caneta esferográfica e marcador permanente (caneta piloto) nas cores verde, azul e preto. Para análise, as inscrições foram inicialmente categorizadas em grupos temáticos de acordo com seu conteúdo: gravuras de corpos, frases motivacionais, mensagens religiosas, frases de conscientização social, ódio direcionado a homens, expressões homofóbicas, ilustrações de órgãos genitais, piadas e trocadilhos de cunho escatológico, relatos ou

menções a atos e preferências sexuais, desabaços sobre a vida acadêmica, interações entre estudantes (perguntas e respostas) e xingamentos.

Ao comparar os conteúdos por gênero no uso dos espaços, observou-se uma diferença significativa entre os banheiros masculinos e femininos. Nos banheiros masculinos, predominam mensagens e desenhos com teor sexual explícito, homofóbico, escatológico e de ofensa verbal direta. Já nos banheiros femininos, o conteúdo se mostra mais voltado para mensagens de apoio emocional, frases de incentivo, relatos de angústia sobre a vida acadêmica e, de forma mais grave, pedidos de ajuda, não deixam de apresentar ameaças ou xingamentos, porém com um número muito menor. Dito isso, fica evidente que o espaço é também utilizado como um canal de desabaço frente a situações de sofrimento.

Considerando o foco deste trabalho, que é a análise da violência de gênero, foi realizada uma seleção das inscrições que apresentam conteúdo com potencial violento sob essa ótica e outros tipos de violência que podem ser pertinentes a menção. Entre os exemplos encontrados estão frases de incitação ao ódio contra mulheres, expressões que reforçam estereótipos de gênero, comentários sexistas e insultos que expõem ou sexualizam o corpo feminino de forma depreciativa. Também foram identificadas manifestações de ódio e discriminação voltadas à população LGBTQIA+, o que amplia a discussão para formas de violência baseadas em identidade de gênero e orientação sexual. Seguem abaixo as imagens selecionadas:

Figura 1- Representação de corpo feminino



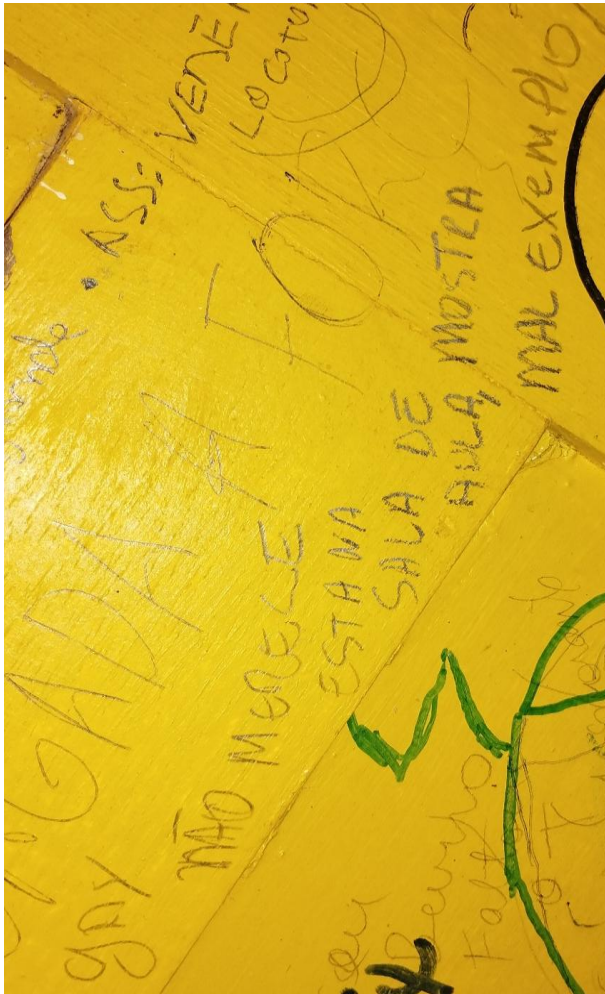
Fonte- Sousa, 2025

Figura 9- Representação do corpo feminino



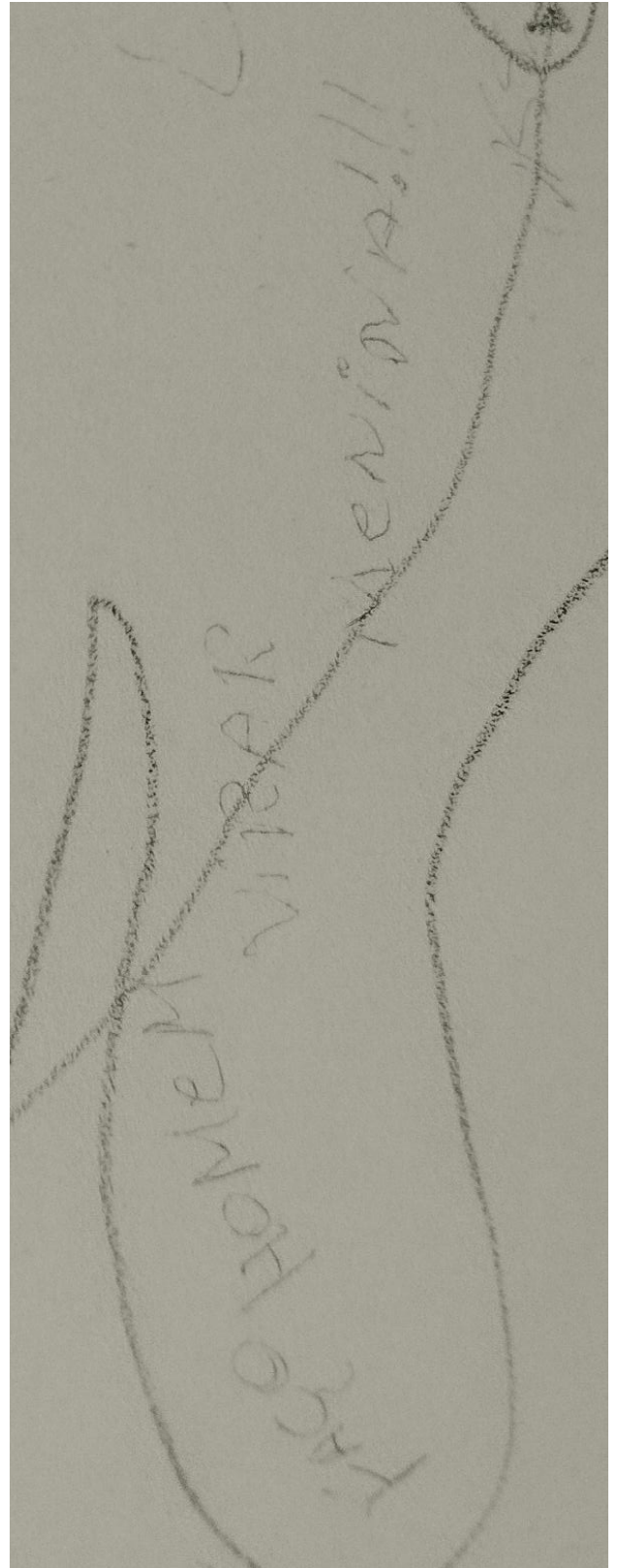
Fonte- Sousa, 2025

Figura 17- Frase homofóbica



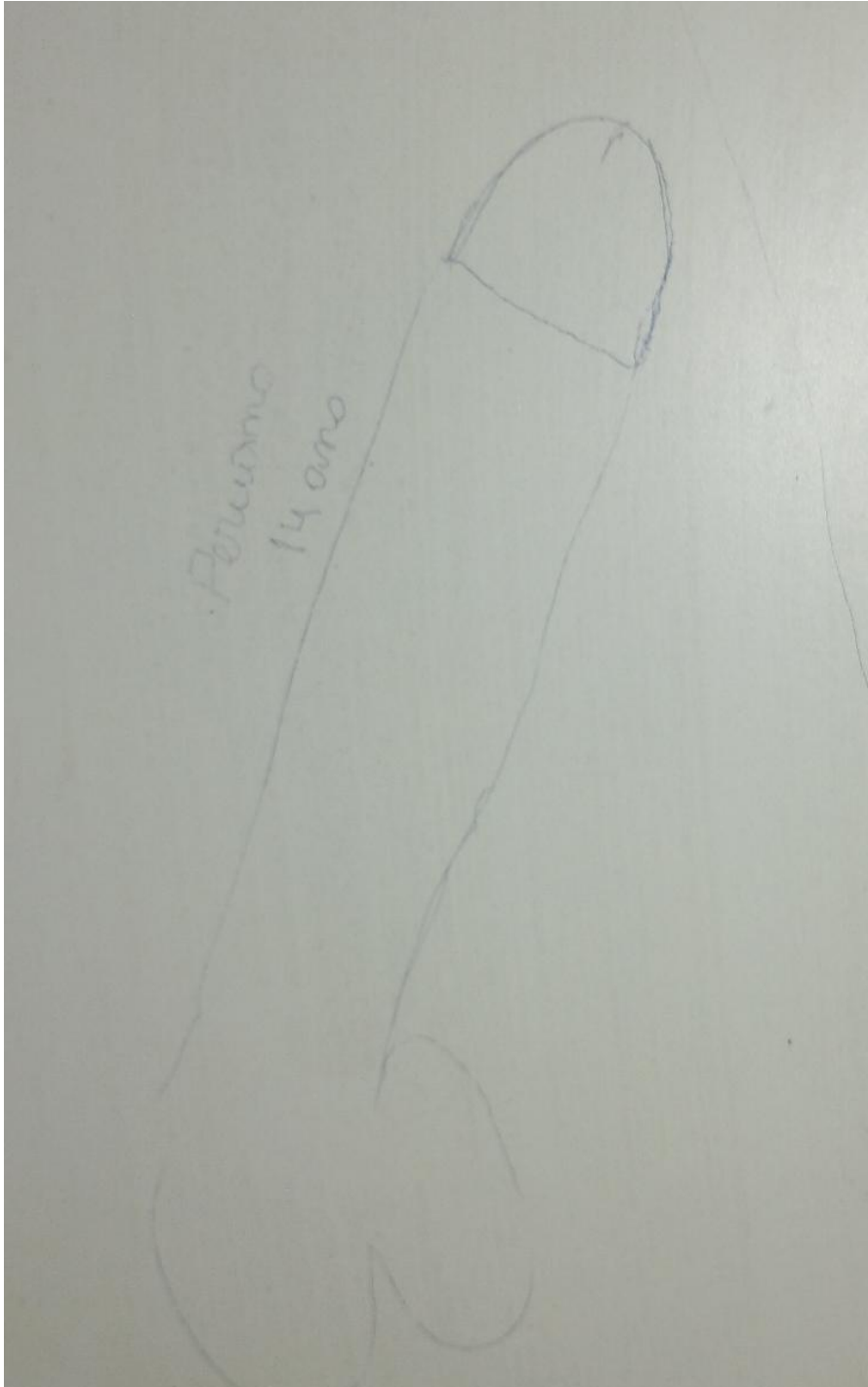
Fonte- Sousa, 2025

Figura 25- Possível incitação ao estupro



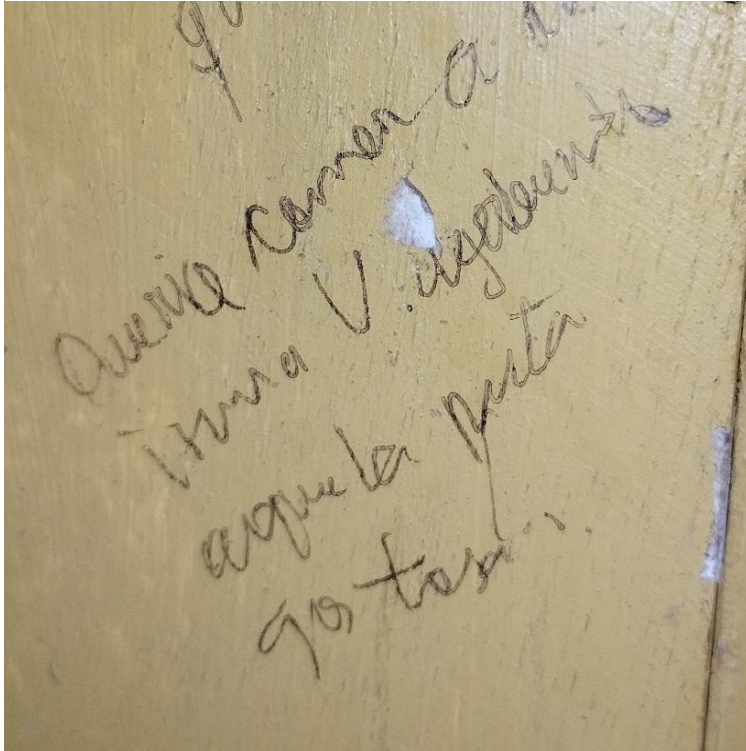
Fonte- Sousa, 2025

Figura 33- Apologia à pedofilia



Fonte- Sousa, 2025

Figura 41- Mensagem de cunho sexual hostil



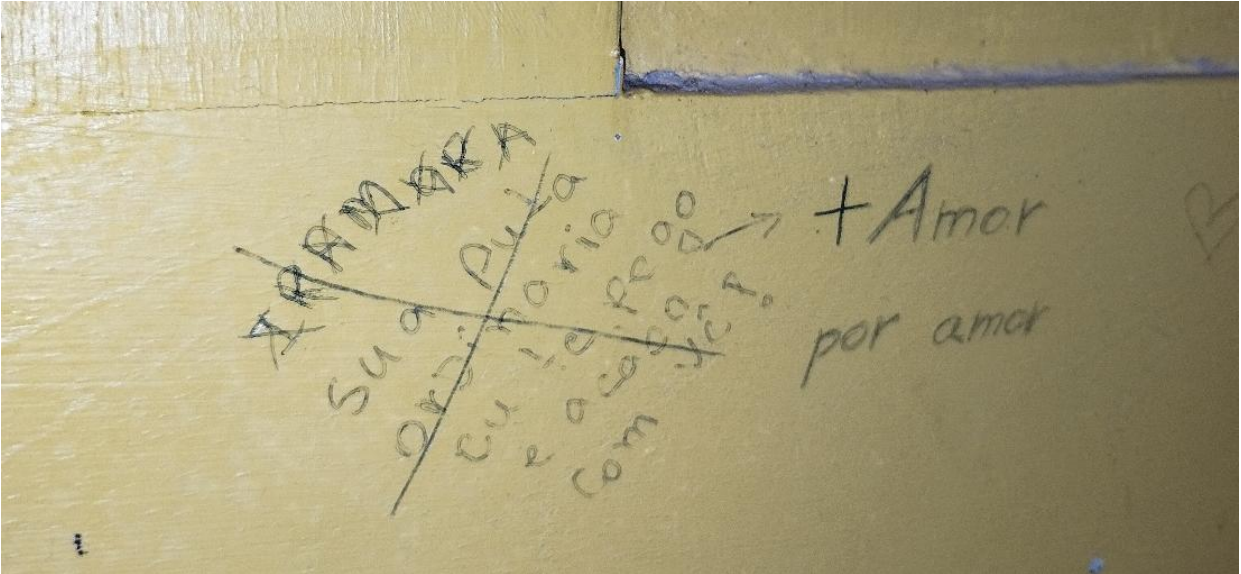
Fonte- Sousa, 2025

Figura 49- Difamação



Fonte- Sousa, 2025

Figura 57- Difamação



Fonte- Sousa, 2025

Figura 65- Difamação



Fonte- Sousa, 2025

Segundo Segato (2013), em seu livro *“La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado”*, os assassinatos de mulheres naquela cidade têm como objetivo central a transmissão de uma mensagem de poder e dominação exercida por grupos criminosos. A autora afirma que os corpos dessas mulheres são transformados em superfícies simbólicas, nas quais os agressores inscrevem demonstrações de controle e soberania territorial. Tais práticas configuram uma cultura de violência e desigualdade, marcada pelo descaso e pelas irregularidades nos processos de investigação, muitas vezes cometidas pelas próprias instituições do Estado.

Segato (2013) interpreta essas organizações criminosas como um “Segundo Estado”, ou seja, estruturas de poder paralelo que exercem autoridade quase soberana sobre determinados territórios. Nessa lógica, o Estado mexicano, ao adotar uma postura omissa e negligente, contribui para a continuidade e naturalização da violência contra os corpos femininos. Assim, os atos violentos extrapolam os danos físicos e se tornam instrumentos de afirmação de poder patriarcal, comprometendo a segurança e a dignidade das mulheres.

Ao observar o contexto das inscrições nos banheiros do Instituto de Natureza e Cultura (INC/UFAM), é possível estabelecer uma analogia com a leitura de Segato. Os banheiros, por serem espaços de anonimato, tornam-se territórios simbólicos onde seus autores se sentem protegidos para inscrever diferentes tipos de mensagens: desde frases motivacionais e religiosas até conteúdos de ódio, homofobia, xingamentos e, de forma mais grave, alusões a crimes como estupro e pedofilia.

A análise das gravuras revelou que, embora algumas mensagens não tenham um alvo específico ou nomeado (a exemplo a figura 06), elas miram grupos sociais vulneráveis, como mulheres e pessoas LGBTQIA+, funcionando como formas simbólicas de violência e intimidação. Exemplo disso são os insultos de cunho homofóbico (Figura 03), a hipersexualização dos corpos femininos (Figuras 01 e 02) aonde são representados nus, sem membros, sem rosto, deixando evidente apenas a região íntima, mesmo a representação feminina que contém um rosto há um órgão masculino simulando um ato sexual. Diferentemente das representações de corpos masculinos que além de ter rostos estão vestidos (mesmos que uns apresentem a exposição do órgão sexual), a linguagem que sugere violência sexual (Figura 04) e apologia à pedofilia (Figura 05) aonde se observa uma genital masculina com os

dizeres “peruano 14 anos” o que pode indicar que seja a representação de órgão genital de um menor de idade.

A violência de gênero é consequência de uma sociedade patriarcal que alimenta e banaliza a cultura de violência contra a mulher. Como exemplo, podemos citar frases como “mulher tem que se dar o respeito” ou “apanhou porque gosta”, que ocorrem no cotidiano. É interessante destacar que as gravuras encontradas nos banheiros podem ser representações de como os alunos e alunas lidam com o sexo, o sexo oposto, brigas e desentendimentos, entre outras questões. Além disso, podem refletir como a violência permeia o imaginário desses jovens, que acabam utilizando o espaço anônimo dos banheiros para se expressar, ainda que de forma violenta. Mesmo que não sejam agressores ou agressoras ativas, essa cultura de violência presente em seu imaginário se revela em gravuras ou frases que representam as mulheres de forma pejorativa ou que ameaçam algum colega.

Fazendo uma analogia com a obra de Segato (2013), podemos considerar que os banheiros funcionam como lugar de comunicação onde a ausência de intervenção institucional permite a perpetuação de discursos de violência e dominação que permeiam no imaginário dos jovens universitários. Tal como em Ciudad Juárez, onde o Estado falha em proteger as mulheres e impedir os crimes de gênero, no contexto universitário, a falta de monitoramento desses espaços e ausência de ações de conscientização permitem que mensagens de violência permaneçam e se acumulem. As gravuras e mensagens podem ser lidas como uma forma de subversão as regras que por ser feito em local privado e em completo anonimato acabam por não ter um autor definido para punir ou conscientizar e remetem a uma forma coletiva e internalizada de pensar as relações de gênero. A análise das inscrições presentes nos banheiros da UFAM/INC evidencia que esses espaços funcionam como locais onde as violências de gênero se expressam de maneira velada, porém constante. As paredes tornam-se suportes de discursos que variam entre o desabafo, a denúncia silenciosa, a reprodução de estigmas e a perpetuação de práticas discriminatórias.

A partir dessas gravuras podemos perceber que a injúria, difamação e violência sexual são as violências mais expressivas e ligadas com a violência contra a mulher. Esses achados etnográficos reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre violência simbólica e de gênero dentro dos espaços universitários, estimulando ações educativas que promovam respeito, diversidade e segurança para todos os

estudantes. Por outro lado, também é importante reconhecer que os banheiros servem como espaços de expressão, onde estudantes compartilham sentimentos, desabafos e mensagens de resistência. Portanto, o ambiente dos banheiros universitários pode ser lido tanto como um canal de violência quanto como um campo de comunicação coletiva, que revelam o cotidiano dos estudantes. Esses espaços, por sua natureza privada e anônima, tornam-se locais onde as violências simbólicas são perpetuadas sem responsabilização dos autores. Torna-se necessário refletir sobre formas de prevenção, acolhimento e educação para combater essas formas simbólicas de violência e criar um ambiente universitário mais seguro e respeitoso para todos.

II.VI. ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Na primeira narrativa pode-se qualificar como **violência sexual (importunação sexual)**, violência **psicológica** visto que a situação gerou medo, constrangimento e impacto emocional na vítima, afetando seu bem-estar, sua vida social e sua segurança e **violência de gênero** pois o agressor se mune de uma lógica machista onde o agressor sente-se no direito de invadir um espaço privado, tocar, forçar e depois ainda culpabilizar a vítima pelo fato de a porta estar aberta. A vítima conta que foi um amigo próximo quem invadiu seu apartamento, conta em outras conversas, que por serem amigos, que em suas palavras “andavam juntos pra cima e pra baixo”, o rapaz frequentava seu apartamento, tinham amigos em comum e saíam juntos. Decidiu não levar o caso à assistente social pois pensou que o rapaz poderia ficar sem lugar para morar provando que o laço de amizade foi cortado única e exclusivamente por este episódio de invasão e assédio. Depois disso ela se afastou do rapaz usando do silêncio como forma de defesa, evitando os locais em que ele estava e se afastando até dos amigos em comum. Este caso fomenta a ideia de Garcia (2016) que a violência contra a mulher ocorre no âmbito privado sendo parentes ou conhecidos os agressores e tal proximidade impede a mulher de fazer uma denúncia tornando assim este tipo de violência algo invisível, que existe, mas não é visto por autoridades e órgãos competentes pois seus dados não são computados. Infelizmente este tipo de violência só tem visibilidade quando é algo mais trágico. Segundo Garcia (2016)

Lamentavelmente, este tipo de violência ganha visibilidade somente quando ocorrem casos extremos, que demandam ações do Estado, a exemplo dos estupros coletivos ocorridos no estado do Piauí e na cidade do Rio de Janeiro, entre maio e junho de 2016,^{6,7} e dos feminicídios, crimes tipificados pela Lei nº 13.104/2015.⁸ A repercussão que alguns casos têm na mídia e nas redes sociais, a qual contribui para trazer à tona inúmeros relatos de casos semelhantes, desvela a falsa impressão de que a violência contra a mulher é um fenômeno de menor magnitude do que a violência que vitimiza os homens (Garcia, 2016, pág.451).

O medo da exposição, vergonha, falta de eficiência institucional e o medo do agressor atrapalham a denúncia. Apontamos aqui para a importância de serem feitas as denúncias, porém, para isso é preciso que a vítima se sinta segura nos espaços depois de feita a denúncia, que não tenha medo de uma retaliação do agressor, que sua segurança seja mantida, pois ser exposta, sendo julgada e podendo ser alvo de boatos maldosos também desencorajam esta mulher de prosseguir com uma denúncia formal. Cabe a universidade entender que deve ser um espaço seguro para todos.

Na segunda narrativa identifica-se **violência psicológica** ao receber as ameaças, xingamentos, gerando medo, desconforto e humilhação e ataque moral; **violência de gênero** que apresentam elementos de desqualificação da liderança feminina, **agressão verbal** e **ameaça** num momento em que ela se encontrava sozinha provocando-lhe medo de perseguição e retaliação. A interlocutora salientou ainda, que o rapaz estava bêbado e não se intimidou com as pessoas que estavam em volta durante as ameaças. Em uma sociedade marcada pelo machismo mulheres em posição de liderança tem constantemente seu cargo ou capacidades questionadas². Neste caso, a segunda interlocutora sofreu ameaça por realizar seu trabalho assim como qualquer outro representante do NAR, mas por ser uma mulher, o rapaz teve “coragem” de ir questioná-la e, ainda em estado de embriaguez. Ela inicialmente decidiu não fazer uma denúncia formal sobre a situação, pois quis evitar outras situações como esta. Percebe-se que mulheres em cargos de liderança podem passar por situações que um homem jamais passaria, como ter sua capacidade

² O caso Cefet é um exemplo recente, de outubro de 2025 aonde a diretora da equipe pedagógica Allane de Souza Pedrotti Matos, de 41 anos e a psicóloga Layse Costa Pinheiro, de 40 anos, foram assassinadas a tiros, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet) do Maracanã, na Zona Norte do Rio de Janeiro. O autor do crime foi o servidor João Antônio Miranda Tello Ramos, que logo após tirou sua própria vida. As investigações apontam que o atirador se recusava a ser chefiado por mulheres e rejeitava ordens diretas. Mais informações em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/11/28/bombeiros-cefet-tiros-policia.ghtml>

questionada, ser cobrada para manter em equilíbrio a família e o trabalho, sua aparência, e como nesse caso questionada e enfrentada quando se toma uma decisão que seu cargo pede. As mulheres enfrentam empecilhos que muitas vezes as dificultam chegar a um cargo de liderança ou representatividade e mais ainda mantê-lo, normalmente são aceitas em cargos que são “aceitáveis” para mulheres. Segundo as autoras Santos e Diogenes (2019), utilizando-se de Rocha-Coutinho e Coutinho (2015), as diferenças de gênero implicam diretamente no que chamam de ascensão feminina e nos cargos que são destinados às mulheres:

[...] as diferenças de gênero são usadas como justificativa para a não ascensão feminina, levando a diferentes dificuldades para as mulheres a fim de chegarem a um cargo de liderança. Conseqüentemente, elas são colocadas em uma esfera de inferioridade, algo que também interfere nos campos de atuação da liderança feminina, normalmente aqueles considerados femininos ou relacionados à casa. [ROCHA-COUTINHO; COUTINHO,20015].(Sousa;Diogenes;2019,p.99)

Ainda segundo as autoras, as mulheres enfrentam estereótipos que dificultam sua atividade, como a imagem da mulher ser atrelada apenas ao ambiente doméstico o imaginário de que mulheres são emotivas, logo não seriam tão produtivas, porém, as autoras apontam que estudos feministas demonstram que homem também podem apresentar essa característica, por outro lado, mulheres que fogem aos estereótipos e precisam ser mais incisivas, acabam por serem vistas como menos femininas. As autoras sugerem que uma nova forma de liderança seja possível, que inclua as ditas qualidades masculinas e femininas e que homens e mulheres podem agregar da mesma forma em uma empresa, por exemplo. Entende-se então, que as discentes que ascendem a um cargo de representatividade ou liderança sejam cobradas para que tenham “pulso”, que sejam prestativas, que sejam ativas assim como os discentes homens no mesmo cargo, porém, parecem estar mais sujeitas às represálias e críticas visto aos já referidos estereótipos que por sua vez geram discriminação e podem levar ao ódio e violência. É importante que os alunos, sobretudo alunas confiem em setores de ouvidoria e proteção (e que estes setores se façam confiar) pois pode evidenciar padrões de violência que devem ser coibidos, resolvidos e desestimulados também de forma pontual e individual, como no caso da nossa Interlocutora 02.

Na terceira narrativa pode-se observar **transfobia**, pois ataca diretamente sua identidade de gênero com o impedimento de uso do banheiro feminino pelo funcionário da UFAM. Foi uma desqualificação da sua identidade por não "performar"

feminilidade, guiadas sob sua aparência e voz; assim como **violência institucional** pois a instituição falhou em garantir a ela um direito básico (acesso ao banheiro de acordo com sua identidade de gênero) e com a falta de informação aos servidores sobre os direitos de pessoas trans; e também identificou-se **violência psicológica** uma vez que chacotas, piadas, humilhações e o constante constrangimento geram danos emocionais e psicológicos, afetando autoestima e bem-estar, comentários e questionamentos sobre sua aparência e sua "invalidação" enquanto mulher trans, o que pode ser visto como transfobia. Além disso, também **discriminação étnica** pois ela relata sofrer preconceito por ser indígena.

Ela conta que sua vivência foi marcada por discriminação desde antes de se autodeclarar trans e nesse caso em específico ocorre de sofrer dentro e fora “do vale”.³ Conta que amigos próximos da comunidade LGBTQIA+ sempre a questionavam sobre sua identidade: “elas falavam pra mim ‘tu tens que se decidir se é mulher ou bixa’ aí eu fui me descobrindo”. Continuou sua fala que tem sua identidade constantemente questionada por não fazer uso de hormônios, por não mater uma aparência, em suas palavras “não muito de mulher”, ou seja, o padrão hiperfeminino que muitas mulheres trans que são pressionadas a seguir para serem minimamente aceitas e também por ser indígena, especificamente de uma comunidade Tikuna. Junto às críticas ao seu corpo e aparência feitas por pessoas própria comunidade LGBTQIA+, ela tem que lidar com as piadas que invalidam sua identidade pelo restante da sociedade. Informou que escuta diretamente ou fica sabendo, de terceiros, sobre a maioria das brincadeiras e piadas de mau gosto e toda vez que “passa do ponto” ela tem apoio da coordenação acadêmica da universidade para fazer denúncias. Ela ainda relatou que após alguns períodos na universidade foi denunciar o funcionário que a impediu de entrar no banheiro feminino, mas ele já não trabalhava ali. Ao perguntar como se sentiu em relação a isso, se não se sentiu frustrada, ela conta que pelo contrário, se sentiu aliviada pois não precisaria mais lidar com aquele assunto.

O ato de lhe negar o uso do banheiro, nega sua existência pois nega sua identidade de gênero, o seu eu, sua dignidade. Impedir que uma mulher trans use o

³ A expressão foi criada por uma pastora que alega ter ido ao inferno e visto “um vale de homossexuais” em sofrimento. Após passar por um processo de resignificação, a expressão é usada para se referir que alguém faz parte da comunidade LGBTQIAPN+.

banheiro vem de um medo regado a transfobia, um medo infundado que estas mulheres trans assediem mulheres cis, pois são enxergadas como homens e uma ameaça a sua integridade sexual (ANTRA, 2023). Entender que o gênero é algo construído socialmente e que apenas a biologia não forma um homem ou mulher é de suma importância para se reconhecer a identidade trans e isso pode ser interpretado como “um desdobramento do princípio da igualdade e dignidade da pessoa humana” (BONFIN; BAHIA; 2025):

Foi apontado que o paradigma do Estado Democrático de Direito não pode negar o reconhecimento da identidade de um indivíduo com base em valores morais e deve pautar-se na diversidade e no pluralismo como elementos constitutivos da sua construção (Bonfin. Bahia, 2025, pág.

É importante reconhecer que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e segundo Bonfim e Bahia (2025) a transgeneridade deve ser lida “através do prisma” da vulnerabilidade para que assim possam ser tomadas as medidas de proteção e sugerem que as litigâncias sejam mais eficazes. “Para isso, o Direito precisa ser pensado não como lugar de assimilação do diferente, mas de reconhecimento além da subjetivação jurídica”, com apoio também de movimentos sociais, participação política coletiva e democrática. Dentro do INC nossa interlocutora se sente protegida e tem apoio da gestão acadêmica em casos de denúncia. Contudo, é importante que se debata com toda a comunidade acadêmica sobre direitos LGBTQIAPN+. Surge de forma tímida e dando seus primeiros passos o Coletivo INC/UFAM LGBTQIAPN+ que é uma movimentação discente para promover pautas da comunidade dentro do meio acadêmico. Contam com apoio da gestão e professores e realizaram no mês de junho de 2025, juntamente com a Prefeitura de Benjamin Constant-AM e ABLGBT(Associação benjaminense de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) esta constituída em sua maioria por estudantes da Instituição, uma série de palestras com a temática “Empregabilidade, visibilidade e o futuro com orgulho: construindo carreiras e ambientes inclusivos para a comunidade LGBTQIAPN+” e também a Caminhada e gincana em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ em Benjamin Constant.

Com esse coletivo os alunos desta comunidade podem articular junto à gestão acadêmica que seus direitos sejam protegidos e garantidos, além de levar debates e produção acadêmica sobre o tema para toda a universidade. Como apontamento da

interlocutora é importante refletir sobre o papel da arte nesta resistência da pauta LGBTQIAPN+ tanto quanto da movimentação política, pois ao desfilar em disputas de beleza trans aonde fabrica seus trajes, planeja sua dança e seu roteiro, é através da arte que a interlocutora se reafirma mulher para todos os que assistem sua apresentação.

Na última narrativa observamos **violência de gênero** em razão da aluna se sentir atacada enquanto mulher, por ser a única mulher na sala e pelo fato do professor ter direcionado as agressões apenas a ela, com tentativas de silenciamento e desqualificação. A aluna entende que o fator de gênero pesou na forma como foi tratada. Percebe-se **violência psicológica**, pois ela foi exposta a constrangimento, humilhação pública e agressões verbais, que afetaram seu bem-estar emocional e psicológico em cumprimento de sua função sofrendo também **violência institucional e assédio moral** em virtude do fato ter acontecido no exercício de uma função legítima, o professor tentou invalidar sua posição, negando seu direito de fala e de participação, usando de abuso de poder e assédio moral dentro da estrutura da universidade.

A aluna relata que durante uma reunião foi constrangida por um professor, que além de não aceitar seu posto, tentava lhe silenciar a todo custo. Podemos observar um abuso de poder do professor que não aceitando que os alunos, aqui representados por nossa interlocutora, rejeitassem sua dinâmica nas aulas tomasse uma postura autoritária utilizando-se de gritos para intimidação e comportamentos ofensivos durante uma reunião. Em instituições onde há uma relação de hierarquia é mais possível que este tipo de violência se ocorra, o abuso psicológico, abuso de poder ou até mesmo o assédio moral se dá no intuito de usar do poder de forma intencional para causar dano ao grupo ou pessoa e também para reforçar autoridade (CARAN et al.,2010), dessa forma, as próprias regras institucionais asseguram ações autoritárias que acabam sendo vistas como comuns, pois são cometidas por uma figura de autoridade, um professor, e assim dificilmente são denunciados. (GUIMARÃES, et al.,2016).

Nas narrativas apresentadas podemos notar que todas apresentam violência de gênero (já que é sobre isso que se trata nosso trabalho) que é caracterizada pela conduta baseada em questões de gênero que gerem sofrimentos ou algum tipo de violência física, sexual ou emocional (DPE/RS; 2023) e apresentando estas facetas

também identificamos outros tipos de violência entre elas violência psicológica, violência institucional, transfobia, assédio moral, discriminação étnica e importunação sexual. Para ilustrar, utilizaremos a tabela a seguir, apresentando também os tipos penais correspondentes:

Quadro 1- Violências identificadas nas narrativas das alunas

Violências identificadas nas narrativas das alunas		
Violências	Tipos Penais	Em quantas narrativas foram encontradas
Agressão verbal	Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro	1
Ameaça	Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave	1
Assédio moral	Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)	1
Discriminação étnica	Lei nº 7.716/1989 Art. 1º Serão punidos, na	1

	forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.	
Importunação sexual	Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)	1
Transfobia	Lei nº 7.716/1989 Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.	1
Violência de gênero	Feminicídio (Art. 121, §2º, VI, CP), o crime de Violência Psicológica (Art. 147-B do CP), e a Violência Política de Gênero e <u>Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006</u> (Lei Maria da Penha)	4
Violência Institucional	Art. 1º Esta Lei tipifica o crime de violência institucional. Art. 2º A <u>Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019</u> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 15-A: “ Violência Institucional <u>Art. 15-A.</u> Submeter a vítima de infração penal	2

	ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade: I - a situação de violência; ou II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização	
Violência Psicológica	<p>Art. 1º Esta Lei define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na <u>Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006</u> (Lei Maria da Penha), e no <u>Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</u> (Código Penal), altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher</p> <p><u>Art. 147-B.</u> Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a</p>	3

	controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação	
--	---	--

Fonte- Sousa, 2025

Juntamente com os tipos de agressões encontradas nas narrativas, trouxemos os tipos penais para que se deixe claro que este é um assunto de relevância para segurança e saúde pública dentro da Universidade. E vale salientar que no Brasil, o assédio moral não tem um artigo específico no CP (Código Penal), porém é combatido na legislação trabalhista (CLT), Constituição Federal (danos morais) e Projetos de Lei (PLs) que buscam a tipificação como o Projeto de Lei que propôs o Art. 146-A. Na narrativa etnográfica construída pelas gravuras foram encontradas apologias ao estupro e pedofilia que podem ser tipificadas no art. 287 do CP Brasileiro como crime de apologia ao crime, com penas de três a seis meses de reclusão. Apresenta também difamação previsto no art. 139 do CP; ameaça respaldado no Art. 147 do CP e homofobia que é amparada pela Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89). O combate contra a violência de gênero é manifestado em tipos penais que visam proteger a mulher de agressões baseadas no gênero.

Em todas as narrativas coletadas é possível identificar algum nível de violência psicológica que segundo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT;2023) se caracteriza em:

O crime de violência psicológica contra a mulher, previsto no art. 147-B do Código Penal, introduzido pela Lei nº 14.188/2021, consiste em causar dano emocional à mulher, prejudicando ou perturbando seu pleno desenvolvimento, ou visando degradá-la ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, por meio de atos que comprometam sua saúde psicológica e autodeterminação. (TJDFT, 2023, p 01)

É importante que os olhares estejam treinados para identificar esse tipo de violência pois ocorre geralmente em situações aonde as relações de poder são mais evidentes já que não deixa marcas aparentes. Se faz pertinente o acompanhamento psicológico das vítimas já que o quadro de violência pode afetar seu desenvolvimento na universidade já que afeta sua saúde mental.

Observa-se também que a violência institucional é encontrada em duas das narrativas. Esta violência é caracterizada por abuso, discriminação, negligência, omissões e etc. que ocorrem em instituições e órgãos públicos ou por seus representantes que resultam em danos a dignidade, bem estar e a saúde. Nas narrativas duas interlocutoras foram impedidas de fazer o seu dever e de utilizar áreas dentro do instituto que lhes deveria oferecer toda a segurança para tal. A violência estrutural pode “andar junto” com outras violências como a de gênero, de raça, étnica entre outras que a reforçam. O fato de ser pouco discutida faz com que a gravidade seja despercebida o que pode levar a uma invisibilização (Ladeia. Mourão; Melo;2016). A identificação utilizando de uma abordagem interseccional e desenvolvendo estudos sobre o tema se mostra uma boa forma de compreensão e identificação destas situações de violência institucional.

A transfobia se manifestou nas narrativas quando nossa interlocutora foi proibida de utilizar o banheiro, quando ouviu piadinhas sobre sua identidade de gênero ou quando foi questionada sobre sua aparência. De modo geral, a transfobia é não somente o medo de pessoas trans, mas também o ódio e repulsa à sua transgeneridade que são expressos desde insultos até assassinatos. Este tipo de violência tem origem no sistema binário cis-hetero normativo que rejeita qualquer outra forma de expressão que não esteja dentro deste sistema (Podestà, 2019). Vale lembrar que transfobia é um crime passível de reclusão penal desde 2019 previsto na Lei nº 7.716/89 equiparando ao racismo os atos de ódio motivados por questões de gênero.

A discriminação étnica também foi identificada na terceira narrativa quando a interlocutora nos informa que parte da discriminação que sofre vem do fato de ser indígena. No Brasil, a discriminação étnica também é tratada pela Lei nº 7.716/89, a Lei do Racismo e pelo Código Penal (CP), com destaque para a Lei nº 14.532/2023, que equiparou a discriminação étnica ao crime de racismo, tornando-a inafiançável e imprescritível, com penas de reclusão de dois a cinco anos para ofensa à dignidade

de cunho de raça, cor, etnia, religião ou origem. Visto que os povos originários sofrem, durante a história deste país, um processo de marginalização marcado por colonização, escravidão, extermínio, eugenia, entre outras formas de violência. A História do Brasil é caracterizada pela exclusão e inferiorização destes povos que durante a colonização era refletida em escravidão, hoje em dia é observado no difícil acesso à saúde, educação, saneamento básico e outras formas de opressão. Desta forma se faz importante a implementação e desenvolvimento de políticas indigenistas a fim de assegurar os direitos do cidadão indígena (Quadros et al, 2024). Dentro do INC, aonde boa parte dos alunos são indígenas é importante que se assegure os direitos destes alunos e incentive a inclusão na universidade além de conscientizar o restante do corpo discente.

E por fim, destacamos quando a interlocutora sofreu uma tentativa forçada de relação sexual sem consentimento, com contato físico e investidas sem autorização e insistência, mesmo após recusa o que se enquadra como importunação sexual prevista na Lei nº 13.718/2018 tendo em vista que pode ser denunciado por qualquer pessoa e não apenas pela vítima. Uma violência sexual nas universidades pode ser agravada pela falta de acolhimento institucional e pelo silêncio entre os estudantes. Apontamos para a importância do conhecimento da pauta para que tanto uma eventual aluna seja vítima que saiba identificar e procurar o setor de atendimento ou ouvidoria, mas também que os setores de assistência social, centros acadêmicos ou outros setores de assistência estudantil saibam também como proceder (PAGEL et al., 2024).

Em GARCIA e POSENATO (2016) a autora afirma que a violência contra mulher deve ser vista como questão de saúde pública e a diminuição das desigualdades é um passo crucial para prevenção da violência contra a mulher. Ao analisar as histórias contadas, fica claro que a violência de gênero nas universidades acontece de várias formas, se mistura com outras discriminações e muitas vezes passa despercebida. O lugar que deveria ser seguro e de aprendizado, acaba sendo para muitas alunas um espaço de medo, vergonha e sofrimento emocional. Segundo estudo de Silva et al. (2022) a qualidade de vida de alunas vítimas de algum tipo de violência de gênero, sobretudo violência sexual apresentam alterações como quadros de depressão e estresse. As narrativas demonstram a urgência no acolhimento das vítimas e a prevenção dessas violências. Porém, como já debatido neste trabalho, muitos casos seguem sem uma

denúncia, é importante o desenvolvimento de uma ação multissetorial para assegurar que a universidade cumpra sua função social ao passo que promove um ambiente seguro, igualitário e respeitoso para todos os discentes com políticas de prevenção e enfrentamento a este fenômeno.

Como fechamento deste capítulo vale ressaltar que casos semelhantes aos que foram aqui descritos, ocorrem com muita frequência. Durante a realização deste trabalho, tivemos conhecimento de alguns casos, porém, como a seleção dos casos foi feita por critério de proximidade, que facilitaria o diálogo, algumas situações emblemáticas das violências ocorridas as estudantes ficaram de fora.

O caso de vazamento de um vídeo íntimo nos grupos de whatsapp de estudantes que gerou a uma aluna um enorme constrangimento. Desde a culpabilização da discente até a contestação de sua moral fizeram com que a aluna quase deixasse de cursar a faculdade, pois, mesmo que essa situação não tenha ocorrido dentro da universidade, foi nesse ambiente que ocorreram todos os constrangimentos e hostilizações. Em outro caso de violência cibernética, aluna conta que foi compartilhado na rede social tiktok um vídeo com palavras de baixo calão e difamações com uma foto sua. O perfil era falso e a aluna conta que não denunciou, mas sabia quem fez a conta e compartilhou o vídeo. Em sua concepção, se desse atenção, o vídeo seria mais comentado e compartilhado; se não desse, logo “morreria o assunto”.

O próximo caso que merece atenção, porém, devido ao fato de ainda estar ocorrendo o processo administrativo, resolvemos não nos aprofundar. O caso se refere a um professor do INC que assediou sexualmente pelo menos 5 alunas dos cursos de Pedagogia e Letras. Uma delas deu detalhes de como ocorreu. Quando ainda era caloura, o professor se aproximou do seu grupo no R.U. (Restaurante Universitário) e, depois de uma série de perguntas íntimas, tais como se tinha namorado, acabou tirando da aluna a informação de que ela era virgem. A discente conta que, depois que soube desta informação, as atitudes dele ficaram mais “estranhas e invasivas”; ele passava por sua cadeira e pegava em seus cabelos sem consentimento e perguntava se a aluna aceitava “ficar” com ele. O caso ganhou mais seriedade quando a aluna foi até o professor, no final da aula, com suas colegas para tirar dúvida sobre um trabalho. Nesse meio tempo, as suas colegas saíram para o banheiro, enquanto ela ficou recebendo as informações do trabalho sozinha na sala

com o assediador, até que ele se aproximou muito da aluna. Ela, percebendo suas intenções, pegou sua mochila e foi em direção à porta; ele a segurou forte pelo braço, fechou a porta e disse que tinha interesse em “tirar” sua virgindade. A aluna conta que ele tentou beijá-la sem sucesso, pois ela virava o rosto. A discente conta que ameaçou gritar e contar para todos que ele era um abusador. Ao soltá-la, ela saiu correndo. Abalada, comentou com suas colegas que lhe sugeriram contar a situação para o setor de assistência social. A aluna conta que esse quadro de violência a deixou muito abalada, envergonhada, com medo, confusa e constrangida: “Passei dias com dificuldade para dormir, revivendo mentalmente o que aconteceu comigo. Mas estar nos mesmos espaços que ele me fez questionar se eu havia feito algo de errado, mesmo sabendo que a culpa jamais é da vítima”. Ela conta que, de início, se sentiu desamparada, sem saber o que fazer ou aonde ir para reportar e somente após conversar com algumas colegas e descobrir que havia outras que também foram assediadas, e aí sim teve mais coragem para denunciar. Ela conta que, após a denúncia, teve apoio da assistência social, que se sentiu mais confortável e segura quando o professor foi afastado. A aluna segue no seu curso, entende também a importância de se falar sobre o assunto para que não ocorra com outras alunas, mas sente muita vergonha. O caso ainda está em andamento, por isso não temos desfecho, mas o professor foi afastado de suas funções.

Os diferentes casos aqui relatados corroboram para a necessidade de conscientização da comunidade acadêmica e da urgência de criação de políticas institucionais de prevenção e canais mais efetivos de denúncia.

2 CAPÍTULO III: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Como já vimos ao longo deste trabalho, a universidade é reflexo da sociedade na qual está inserida e acaba por apresentar suas estruturas entre elas o tripé das discriminações composto pelas desigualdades baseadas no gênero, raça e classe social. A partir das narrativas analisadas observamos como essas violências se apresentaram no dia a dia das alunas e como afetaram suas vidas acadêmicas e pessoais. Vamos analisar neste capítulo os meios e as formas que nossas interlocutoras utilizaram para se protegerem diante desses episódios de opressão, suas estratégias individuais e/ou coletivas de resistência e proteção. Essas estratégias vão desde ações de enfrentamento direto, como o afastamento de agressores, registro de denúncias até formas mais silenciosas de autopreservação, como a mudança de comportamento e a reconfiguração de seus círculos de amizade.

Na primeira narrativa a interlocutora foi vítima de violência sexual, mais especificamente de importunação sexual, caracterizada por contato físico sem consentimento e insistência. Mesmo não tendo formalizado uma denúncia a vítima demonstrou algumas formas de resistência e autoproteção, dentro das possibilidades emocionais e sociais que julgou necessárias. No momento da violência apresentou reação física e verbal tentando se proteger fisicamente afastando o agressor, pedindo que ele saísse do seu quarto. Após o episódio o corte de vínculo com o agressor passando a evitar contato; tratando com frieza e rispidez; distanciando de amigos em comum e evitando estar em ambientes que o agressor frequentava podem ser lidos como estratégia de proteção a interlocutora também optou por mudar de endereço para se sentir mais segura. O silenciamento estratégico embora possa ser visto como uma consequência da violência foi também uma forma de resistência pois pretendia se proteger da exposição e julgamentos que considerava como uma nova violência. Ainda que não tenha denunciado na época, a interlocutora ao longo de nossos encontros foi demonstrando maior clareza de que foi vítima de violência sexual e afirma que se o fato ocorresse novamente denunciaria sem hesitar. Lemos aqui o amadurecimento emocional e o conhecimento sobre a situação como uma forma de resistência ao ciclo da violência.

A história desta aluna evidencia como as formas de resistência podem ocorrer de maneira não institucionalizada ou política e sim como uma reação de defesa individual. Como aponta Scott (2002), ao falar das formas de resistência camponesas citando as pequenas ações individuais com o objetivo de enfrentamento de poder o “É muito raro que os produtores desses micros atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Sua segurança está no seu anonimato” (SCOTT, 2022, pag 13). Logo, julgou a interlocutora que utilizar-se do silêncio a protegeu da exposição e julgamento de terceiros e do contato com o agressor. Contudo, o fato de não ter feito denúncia formal é um reflexo de como o medo da exposição, a culpabilização da vítima e a naturalização da violência de gênero no meio acadêmico ainda se mostram como empecilhos para o enfrentamento dessas violências. Assim se faz importante políticas de conscientização para as alunas saibam identificar violência de gênero e também se criem políticas de proteção às vítimas que as acolham e ofereçam suporte sem exposição e constrangimento.

A segunda narrativa expõe um caso de violência de gênero com recorte específico na violência psicológica, ocorrida dentro de um ambiente universitário. A agressão verbal, associada a ameaças de violência física, em decorrência do seu papel de liderança, evidencia não apenas as dificuldades de mulheres em cargos de autoridade, mas também os desafios enfrentados para manter a segurança emocional e física em espaços institucionais. Durante nossas conversas, principalmente as mais informais a interlocutora foi percebendo a relação de gênero envolvida na agressão e após reflexão entendeu que a situação foi agravada por sua condição de mulher e por estar sozinha no momento da abordagem. Esse episódio reforça o argumento de que muitas vezes a violência de gênero se manifesta de forma velada e naturalizada, que a cotidianidade permite o que acaba exigindo um olhar crítico para ser reconhecida.

A interlocutora utilizou de algumas formas de resistência e proteção como ao reconhecer o estado alterado do agressor (alcoholizado), resolveu por não reagir evitando um agravamento da situação; proteção institucional ao buscar a assistência social para intermediar um acordo com o agressor, prevenindo futuras agressões; reorganização da atuação administrativa quando adaptou sua postura nas funções de liderança, passando a deixar as comunicações mais diretas aos colegas do sexo masculino; resolução pacífica e controle de narrativa ao buscar estratégias de

resolução de conflito, encerrando a situação junto ao setor de assistência social e o agressor de forma mediada

Este caso revela as múltiplas formas de resistência feminina em espaços de liderança cuja atuação é predominantemente, atribuída aos homens. A interlocutora adotou por uma abordagem de resistência cotidiana que de acordo com Scott (2002) é caracterizada por ações sem confronto, que neste caso pretendiam proteger a sua integridade e seu cargo. As estratégias adotadas pela interlocutora revelam uma resistência que visa preservar sua segurança física e profissional. O caso reforça a urgência de políticas de proteção a mulheres em cargos de representação estudantil e destaca a necessidade de informação sobre gênero para todos os membros da comunidade universitária, com o objetivo de reduzir os casos de violência no ambiente acadêmico. Como vimos neste caso a estudante buscou uma solução por via institucional remetendo a assistência social a agressão sofrida com a consequente suspensão do estudante por 30 dias da Residência Universitária, mas certamente isso não garante que o agressor não incorreria em novas agressões e ameaças seja a interlocutora ou outras alunas. O que fica de questionamento é que o estudante foi suspenso pelo estado de embriagues e não pela agressão a uma representante do NAR. A aluna tendeu a duas vias de estratégias, a institucional e individual o que pode evidenciar uma falta de eficiência nas resoluções do INC.

A terceira narrativa apresentada traz o relato de uma estudante transgênero, indígena, que vivencia múltiplas formas de violência, em especial a transfobia e discriminação étnica. O episódio mais notório foi sua exclusão ao tentar utilizar o banheiro feminino dentro UFAM, situação que ilustra como as instituições podem violar (ou dar base) direitos de identidade de gênero. A interlocutora, por confiar nos meios institucionais, utiliza desse meio para se proteger. Consideramos este comportamento como uma forma de resistência formal, uma vez que ela busca a responsabilização de autores de ofensas e utiliza os mecanismos disponíveis para se proteger. A adoção do nome social por professores (mesmo antes da retificação de documentos) também é uma conquista fruto de resistência, resultado de uma luta institucional mais ampla pelos direitos das pessoas trans no ambiente acadêmico. Além da resistência no espaço acadêmico, a interlocutora desenvolve resistência através da valorização de sua identidade de gênero, étnica e cultural. Sua participação em festivais culturais, danças e concursos de beleza são formas simbólicas de

reafirmação de sua identidade como mulher trans e indígena. A interlocutora menciona que não reage diretamente a provocações por medo de agressões físicas, principalmente de homens. Essa escolha representa uma estratégia de preservação da integridade física, típica em cenários onde a violência transfóbica pode escalar rapidamente para ataques físicos.

O relato desta estudante evidencia a intersecção de diferentes marcadores sociais de opressão: gênero, identidade de gênero e etnia. A interseccionalidade é importante para compreender como diferentes formas de discriminação podem se apresentar juntas tornando mulheres trans indígenas um alvo de discriminação e violência. Além disso, a resistência da interlocutora também pode ser analisada dentro do conceito de resistência cotidiana, que inclui práticas não institucionalizadas e discretas, mas que garantem a sobrevivência e a afirmação identitária da vítima. É importante salientar a falta de preparo dos servidores e comunidade acadêmica do INC para lidar com a diversidade de gênero. Esta narrativa revela que mesmo diante de muitas violências, as formas de resistência podem assumir dimensões institucionais e culturais. Sua capacidade de buscar apoio na coordenação acadêmica, de se afirmar culturalmente e de manter sua trajetória acadêmica, apesar dos desafios, demonstra um processo de resistência cotidiana e contínuo. É urgente que a universidade amplie suas políticas de acolhimento, escuta qualificada e enfrentamento à transfobia, assegurando um ambiente mais seguro, inclusivo e respeitoso para pessoas trans, sobretudo quando essas identidades estão atravessadas por outros marcadores como raça, etnia e classe social.

A quarta narrativa evidencia uma situação de violência psicológica e institucional no ambiente universitário, manifestada por meio agressões verbais, constrangimento público e tentativa de silenciamento durante uma reunião oficial. A aluna, enquanto representante discente suplente, exerceu o papel de mediadora, mas sua atuação foi deslegitimada e questionada por um docente, evidenciando um padrão de violência de gênero e abuso de poder. Desde o início da situação, a interlocutora demonstrou formas ativas de resistência. Sua primeira resposta foi a afirmação de sua legitimidade como representante estudantil, reforçando que sua presença na reunião era respaldada por seu cargo e pela solicitação dos alunos. Ao recusar sair da sala e ao confrontar o professor verbalmente, ela exerceu resistência, desafiando a autoridade abusiva do docente e reafirmando sua voz enquanto mulher e aluna. Após o episódio

de violência verbal e constrangimento, a interlocutora adotou medidas de proteção emocional e social. Utilizaremos aqui o conceito de micro resistência que, segundo Scott (2002), entende-se como atos realizados na tentativa de negar ou mitigar as suas obrigações enquanto representante. Nesta situação, ao decidir se afastar do caso, ela buscou minimizar os impactos de possíveis novas situações de perseguição ou retaliação por parte do professor, o que pode ser compreendido como uma estratégia de autopreservação, cabendo dentro do conceito do autor. Essa decisão de se afastar, ainda que não garanta justiça institucional, reflete um mecanismo de sobrevivência emocional diante de um ambiente hostil.

Esse caso evidencia a necessidade urgente de fortalecimento de políticas institucionais de combate à violência de gênero nas universidades. É fundamental que haja canais seguros e acolhedores para que alunas e representantes discentes possam denunciar situações de abuso sem medo de represálias. Também se destaca a importância da formação de docentes para prevenção de condutas autoritárias e discriminatórias. A postura da interlocutora demonstra que, mesmo em contextos de violência, o enfrentamento e a resistência podem ocorrer de forma direta, ainda que, posteriormente, as estratégias de proteção levem ao afastamento para evitar novos episódios.

Faz parte da construção deste capítulo lançarmos um olhar sobre os meios institucionais de combate à violência de gênero e ao analisarmos a atuação da universidade e, especificamente, dos setores de assistência social e coordenação acadêmica frente aos casos de violência de gênero, observamos que o Instituto apresenta um histórico de estrutura limitada até meados de 2024, com equipe reduzida, composta inicialmente por apenas uma assistente social. A partir da segunda metade do mesmo ano, houve um reforço da equipe, com a contratação de mais uma assistente social, uma enfermeira e o retorno da psicóloga que estava de licença para seu doutorado o que aponta um avanço institucional em termos de capacidade de atendimento às demandas estudantis.

Durante uma entrevista formal realizada com uma das profissionais da assistência social, foi possível compreender melhor o fluxo de atendimento a situações de violência de gênero no Instituto. Segundo relato da profissional, o setor adota uma postura mediadora e conciliatória. Em casos de denúncia, tanto a vítima quanto o suposto agressor são chamados para uma escuta, visando ouvir os dois lados da

situação. Após essa etapa inicial, busca-se um processo de conciliação que pode incluir acordos formais de boa convivência, compromisso e conduta ética dentro do ambiente universitário. Quando comprovada a ocorrência de violência, o agressor pode ser submetido a sanções institucionais ou, dependendo da gravidade, a encaminhamentos legais para responsabilização judicial.

Ao questionarmos sobre a frequência de denúncias relacionadas à violência de gênero, a assistente social informou que, oficialmente, não há registros recentes desse tipo de ocorrência. O único caso apontado remonta ao ano de 2022, envolvendo um episódio de desrespeito por parte de um agente de portaria contra uma residente da RUNI. No entanto, ela destacou que, nos últimos tempos, surgiram registros de denúncias com cunho racial/étnico, envolvendo uma aluna negra e outra indígena.

Outro aspecto relevante da entrevista foi o reconhecimento por parte da assistente social de que muitas violências de gênero são sutis, silenciosas e dificilmente reconhecidas ou denunciadas, especialmente por atravessarem diferentes marcadores sociais como raça, etnia, classe e identidade de gênero. Isso reforça a necessidade de um olhar interseccional na análise e no enfrentamento dessas situações. A profissional também enfatizou a importância de promover ações formativas sobre o tema da violência de gênero, tanto para discentes quanto para docentes e demais servidores da instituição. Segundo ela, com o aumento da equipe, há perspectivas para o desenvolvimento de atividades educativas e de sensibilização, que possam ampliar a compreensão da comunidade acadêmica sobre o tema e incentivar a identificação e denúncia de casos de violência.

No diálogo com a coordenação acadêmica recebi a informação da existência de uma dinâmica multisetorial no tratamento das situações de violência e demais conflitos institucionais. As informações obtidas indicam que há um fluxo de comunicação entre a assistência social e coordenação acadêmica, funcionando de maneira complementar. De acordo com os relatos, a maior parte das demandas chega primeiramente à assistência social, que atua como o primeiro espaço de escuta, mediação e tentativa de resolução. Quando os casos não encontram solução nesse setor ou apresentam maior gravidade, são então encaminhados para a coordenação acadêmica, que pode adotar medidas mais formais, como encaminhamento a abertura de processos administrativos. Fica evidente que o processo para buscar a solução se restringe a uma atuação do setor de assistência social e quando muito uma

interferência da coordenação acadêmica. De acordo com o coordenador acadêmico nunca ocorreu algo mais grave que precisasse levar a diante. Isso indica a ausência de um fluxo eficiente para encaminhar as denúncias.

O processo de denúncia também pode ocorrer de forma inversa. Algumas situações chegam diretamente à coordenação, que, ao avaliar o caráter da demanda, opta por direcioná-la à assistência social, considerando o perfil mais acolhedor e mediador do setor. Essa circulação entre os dois setores demonstra talvez uma tentativa institucional de articulação entre acolhimento psicossocial e medidas disciplinares formais. Mas a ausência de um fluxo acaba por inviabilizar a resolução do problema.

Durante a análise dessa estrutura, foi possível perceber uma espécie de pirâmide institucional, onde a assistência social ocupa a base, absorvendo a maioria das demandas estudantis, sejam elas de ordem social, psicológica ou relacionadas a violências de gênero. Tal configuração, somada ao histórico recente de equipe reduzida — com apenas uma assistente social atuando até meados de 2024 — evidencia uma sobrecarga de trabalho sobre esse setor. Este fato pode comprometer a qualidade do acolhimento e o tempo de resposta aos casos, além de reforçar a urgência de investimentos institucionais para ampliar o número de profissionais capacitados.

Diante dos dados levantados, é possível concluir que, apesar de avanços recentes na estrutura da assistência social no Instituto, ainda existem lacunas significativas no enfrentamento efetivo da violência de gênero no contexto universitário. Podemos também, colocar a universidade nesse local ambíguo pois pode ser, ao mesmo tempo, um lugar de reprodução de violência pois podem apresentar medidas institucionais que permitem estruturas sociais como machismo e racismo por exemplo, quando a gestão encobre assédios de professores, e também pode ser um lugar de combate e de resistência, quando produz materiais acadêmicos de discussão sobre o tema, e quando se toma decisões efetivas sobre as denúncias. Em SOUSA (2023) quando se afirmar que as alunas não tem conhecimento do que se trata violência de gênero, o que deixa margem para que sejam vítimas inconscientes ou reprodutoras e dessa forma mantendo os ciclos de violência dentro e fora da universidade.

Dentro do INC expandir o conhecimento dos alunos com debates e informações sobre a pauta de gênero também é uma forma de combate à violência, pois permite à aluna identificar e procurar os meios disponíveis para sua proteção. A escassez de denúncias, longe de indicar a ausência de casos, demonstra o medo, desconhecimento, falta de informação ou até mesmo a naturalização da violência. Mas acima de tudo, demonstra a ausência de ações efetivas da universidade. Assim, a implementação de ações educativas com abordagem interseccional, além de disseminação sobre a pauta, são passos fundamentais para que a universidade cumpra seu papel social de proteção, promoção da equidade e garantia de um ambiente seguro e acolhedor para todos os seus membros.

A análise da relação entre assistência social e coordenação acadêmica no tratamento de casos de violência de gênero e demais conflitos na universidade revela avanços em termos de articulação institucional, porém também aponta desafios estruturais importantes. Tentar “solucionar” situações de violência pelo diálogo entre os envolvidos, em alguns casos, pode funcionar, mas, sabemos que agressores costumam reincidir em suas práticas violentas. Portanto, denúncia oficial e judicialização, muitas vezes, parece ser o caminho necessário. A universidade precisa estar preparada para isso criando uma política formal de denúncia e um programa específico de acolhimento.

A concentração de atendimentos na assistência social, com uma equipe ainda em processo de ampliação, pode gerar sobrecarga e dificultar o acompanhamento adequado de todos os casos. Assim, reforça-se a necessidade de políticas institucionais que promovam não apenas a ampliação de recursos humanos, mas também a construção de fluxos mais integrados e eficientes entre os diferentes setores da universidade. O fortalecimento dessa rede interna é fundamental para garantir um ambiente acadêmico seguro, acolhedor e capaz de dar respostas efetivas frente às situações de violência e vulnerabilidade que atingem o corpo discente.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como foco a análise da violência de gênero no contexto universitário, tomando como objeto de estudo o campus do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O objetivo principal foi examinar narrativas de mulheres que vivenciaram situações de violência de gênero, bem como compreender as estratégias individuais e institucionais utilizadas por elas para se proteger. Buscou-se, ainda, compreender como tais violências se manifestam, quem são os atores envolvidos e de que maneira essas histórias se encerram ou permanecem em aberto no ambiente acadêmico. Também foi realizada uma análise sobre a atuação da universidade frente a esses casos e um estudo das expressões de violência presentes nas inscrições dos banheiros do campus.

Os dados levantados permitiram concluir que a universidade, enquanto espaço social, reproduz estruturas de desigualdade presentes na sociedade, entre elas aquelas baseadas em gênero, raça e classe. As formas de violência identificadas neste estudo, como violência institucional, violência psicológica, transfobia, discriminação étnico-racial e importunação sexual, demonstram que a violência de gênero é um fenômeno interseccional e multifacetado, exigindo, portanto, abordagens interdisciplinares e intersetoriais para seu enfrentamento. Observou-se que as vítimas constroem diversas formas de resistência e autoproteção que, embora muitas vezes sutis ou silenciosas, revelam estratégias cotidianas de enfrentamento. Essas estratégias incluem desde o afastamento do agressor, o silêncio como mecanismo de defesa, a recusa em manter laços interpessoais, até a utilização da arte e da performance como forma de afirmação e sobrevivência. Entretanto, lançamos um olhar mais crítico a essas formas de resistência e nos questionamos se são mesmo uma forma mais pacífica ou apenas reflexo da violência que mantém a aluna numa situação de vulnerabilidade. Até que ponto é positivo permanecer em silêncio? Desta forma, pode sim proteger a vítima de boatos e uma possível retaliação do agressor de imediato, mas, a longo prazo, deixa abertura para novas agressões do mesmo autor ou outros, pois não houve um combate direto e institucional.

A tendência para resolução individual e uma resistência a resolução institucional, em alguns casos, delata uma possível deficiência no fluxo que a Instituição adota para solucionar o problema. Isso nos leva a questionar se o INC está realmente preparado para lidar e discernir crimes de meros atos que quebrem as regras sociais locais, por exemplo o agressor da Interlocutora 02 só foi suspenso da RUNI por manter bebidas no local e perturbar a paz e não por também ter ameaçado e agredido verbalmente uma representante discente em exercício.

Concluimos também que a assistência social é o núcleo de “resolução” imediato e a coordenação acadêmica atua como um órgão superior que resolve as demandas “mais graves”. Surge então o questionamento de qual seria a régua para medir o que é “mais grave” daquilo que talvez não seja tão agravante. Com essa abordagem, cabe aos coordenadores solucionarem individualmente situações que deveriam ser resolvidas institucionalmente. Esse fluxo favorece a ideia de que esse tipo de atuação conciliatória possa ser apenas uma estratégia de preservação da imagem para o Instituto e não uma frente de combate aos atos de violência. Destaca-se aqui, a falta de medidas que definam formalmente o caminho de uma queixa para análise impessoal e efetiva.

No entanto, é possível identificar as iniciativas de buscar amparo junto à coordenação acadêmica ou à assistência social, demonstrando a importância de canais institucionais acessíveis e sensíveis às questões de gênero. No que diz respeito à atuação institucional, verificou-se que a universidade possui mecanismos formais ainda muito frágeis para lidar com situações de violência, e ainda carece de efetividade em sua aplicação.

A falta de políticas e normativas específicas e de um fluxo institucional com pessoal capacitado faz com que a UFAM não consiga resolver na “raiz” o problema da violência de gênero, pois, somente a conciliação, em muitos casos pode não ser eficaz. Faz-se necessário medidas institucionais padronizadas que vão desde ouvir a aluna, até identificar a possível agressão e encaminhamento para os setores competentes de abertura de processo administrativo ou judiciais. Qualificar os profissionais envolvidos no atendimento, implementar ações educativas e ampliar os espaços de escuta são desafios urgentes enfrentados pelo Instituto de Natureza e

Cultura. Quais situações “sérias” devem ser identificadas para começar a pensar no fenômeno da violência de gênero no ambiente acadêmico?

Contudo, salientamos a importância da coordenação acadêmica do INC ao ter se colocado à disposição da discente transgênero. Essa ação evita o silenciamento em eventuais casos de violência contra a aluna, mas não deixamos de apontar a importância de profissionais preparados para lidar com a diversidade de gênero e sexual.

Vale ressaltar ainda, que a ausência de denúncias não necessariamente reflete a inexistência de casos. Sabemos que as diversas formas de violência de gênero costumam ser subnotificadas por diversas razões, mas principalmente, pelo medo e insegurança, além do constrangimento de ter sua dor e sofrimento expostos.

O espaço universitário pode ser um local de resistência contra a violência de gênero, inclusivo e sensível aos assuntos de gênero. O primeiro passo é reconhecer as facetas da violência e como elas se reproduzem para assim podermos saber como as estruturas podem ser modificadas. Um tópico importante neste sentido, é como as vítimas, ao voltarem a falar dos eventos de violência em nossas diversas conversas, acabaram por entender o que sofreram, da gravidade, e da importância de denunciar e de reconhecer-se enquanto mulheres com direitos e que foram, realmente, vítimas de assédio e outros tipos de violência.

Como outro aspecto relevante do estudo para reflexão foi a análise das inscrições nos banheiros do campus, que revelam representações de violências de gênero expressas de forma anônima e simbólica. Esses espaços, embora privados, funcionam como territórios de comunicação onde emergem tanto mensagens de apoio quanto discursos de ódio. As gravuras e textos observados podem ser entendidos como mensagens que reproduzem a visão da própria comunidade acadêmica sobre a violência e confirmam que a violência de gênero pode se manifestar de forma silenciosa, simbólica e institucionalmente invisibilizada nos ambientes mais inusitados.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho foram em grande parte alcançados ao demonstrar que a violência de gênero, por muitas vezes silenciosa e naturalizada,

impacta diretamente a trajetória acadêmica, emocional e social das mulheres. A escassez de formação sobre o tema, tanto por parte dos estudantes quanto da instituição, contribui para a reprodução e a invisibilização dessa violência.

Como vimos, a universidade pode ser um local desafiador para as mulheres e até hostil. Mesmo sendo um local democrático que preza pela evolução acadêmica de seus alunos, é importante que haja resistência no sentido político e não político da palavra, isto é, que se criem coletivos femininos e movimentos sociais, produção acadêmica palestras e congressos que a exemplo do movimento feminista ajudam a criar normas de proteção às mulheres. Ações pedagógicas com atividades de conscientização e debates sobre tema podem ser um incentivo para que estudantes denunciem as violências sofridas, que se ouça a “radio corredor” (diz respeito aos assuntos que os alunos comentam entre si) e entenda que em meio as frivolidades do dia a dia podem estar ocorrendo algo sério visto que muitas agressões ocorrem de forma velada ou silenciada, principalmente quando são perpetradas por pessoas hierarquicamente privilegiadas.

É fundamental que toda a comunidade acadêmica se envolva na criação e divulgação de redes de apoio e espaços de expressão que mesmo não sendo diretamente politizadas ainda mantenham um papel importante para a escuta e o acolhimento do corpo discente, principalmente para os mais vulneráveis. Um dos passos para ser possível, de acordo com Almeida (2017) é a participação de mulheres em cargos de representação e que as pautas de informação de direitos e proteção as mulheres sejam parte da formação acadêmica. É preciso que se olhe para a violência de gênero na universidade como uma questão de saúde e segurança, dessa forma é preciso agir sob uma perspectiva interseccional que combata discriminações, com códigos de atendimento e proteção eficazes, formação de servidores e profissionais sobre a pauta, políticas de enfrentamento a violência e ouvidorias que tenham a confiança dos alunos visto que muitos não buscam ajuda por não se sentirem seguros.

Concluimos, portanto, que o enfrentamento da violência de gênero na universidade demanda a ampliação do debate, a criação de espaços de acolhimento que não exponham as vítimas, a responsabilização justa dos agressores e a formulação de políticas públicas específicas. Além disso, a produção de conhecimento sobre o tema é essencial para a transformação da cultura institucional e para a

construção de um ambiente universitário mais seguro, justo e equitativo para todas e todos.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania Maria Campos de. Violência nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina et al. **Mulheres e Violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

ANDRADE, Aldair Oliveira de; MARTINS, Ana Claudia Lopes; MEDEIROS, Monica Xavier de. Violência estrutural de gênero no Amazonas: análises a partir das experiências da comunidade acadêmica. In: **Violência contra mulheres nas universidades**. Manaus: EDUA, 2021. p. 103-119.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros: vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero*. Brasil: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/08/nota-tecnica-wc-antra-final.pdf>. Acesso em: 27 junho. 2025

BETTI, Marcella Uceda. **Pierre Bourdieu e a dominação masculina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Departamento de Sociologia, Laboratório Didático – USP Ensina Sociologia, 2º semestre de 2011. Disponível em: <https://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/2011-2-Marcella-Betti-domina%C3%A7%C3%A3o-masculina-1-texto.pdf>. Acesso em: 20 junho. 2025

BOMFIM, Rainer; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Cartografia dos direitos das pessoas trans: a busca pela institucionalidade e reconhecimento no campo jurídico. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1–35, abr. 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/81221>. Acesso em: 25 junho. 2025.

BOURDIEU, Pierre. Uma Imagem Ampliada IN.: **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner (edição em português). 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Pág.6-36

Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU_Pierre_A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 25 junho. 2025.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em**

Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em:

[file:///C:/Users/saral/Downloads/bbolda,+em+tese+2005+05+PDFa%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/saral/Downloads/bbolda,+em+tese+2005+05+PDFa%20(1).pdf).

Acesso em: 25 junho. 2025.

CARAN, Vânia Cláudia Spoti; SECCO, Iara Aparecida de Oliveira; BARBOSA, Dulce Aparecida; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 737–744, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/4H7JZDDzgV7wz8bkvJmMwTP/>. Acesso em: 30 junho. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (DPE-RS).

Cartilha de violência de gênero. Porto Alegre: DPE-RS, mar. 2023. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/202303/08151200-cartilha-de-violencia-de-genero.pdf>. Acesso em: 20 julho. 2025.

FERREIRA, Emily de Jesus; MODESTO, Natália Priscila Silva; BARROSO, Milena Fernandes. Violência sexual contra mulheres: um estudo nas instituições de ensino superior do Amazonas. In: **Violência contra mulheres nas universidades**. Manaus: EDUA, 2021. p. 153-169.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, jul./set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000300001>. Acesso em: 20 junho. 2025.

GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado; FARIA, Renata Caetano Vieira de; FERREIRA, Débora Teixeira Barreiros; PENA, Breno Ferreira. Assédio no contexto educacional: uma possibilidade de manifestação perversa. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 52–63, abr. 2016. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/5183/pdf>. Acesso em: 20 agosto. 2025.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos de gênero no Brasil*. In: MICELI, Sílvio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)**. São Paulo: Editora Sumaré / CAPES / ANPOCS, 1999. p. 183-223. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/177398060/Estudos-de-Genero-no-Brasil>. Acesso em: 20 junho. 2025.

HOLYFIELD. Esquivo, esquivo, leio teus direitos, não tem tu é mulher... **Youtube**, 14 maio 2021. Disponível em:

<https://youtube.com/shorts/Lbcgv9AAr4c?si=NpBez7XgCAW4bSxT..> Acesso em: 20 junho. 2025.

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado de. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 26, supl. 8, p. S398–S401, 2016. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/2186>. Acesso em: 20 julho. 2025.

MALUF, Sônia Weidner. *Antropologia, narrativas e a busca de sentido*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/jPnfWxZHCfXpVC6MvSDN4Fw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 julho. 2025.

MARTINS, Ana Claudia Lopes; RODRIGUES, Taysa Cavalcante; BARROSO, Milena Fernandes. A violência em universidades públicas no Amazonas: uma discussão a partir da consubstancialidade de gênero, raça e classe. In: **Violência contra mulheres nas universidades**. Manaus: EDUA, 2021. p. 120-135

O'DWYER, Brena; VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Tradução: Alysson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: **Papéis Selvagens**, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/94706434/As_Cores_da_Masculinidade_Experi%C3%AAncias_interseccionais_e_pr%C3%A1ticas_de_poder_na_Nossa_Am%C3%A9rica_d_e_Mara_Viveros_Vigoya. 25 julho. 2025

ORTNER, Sherry B. *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19074/3/ORTNER,%20Sherry-Est%C3%A1%20a%20mulher-para-o-homem-assim-como-a-natureza-para-a-cultura.pdf>. 25 junho. 2025

PAGEL, Wesley Henrique; LIMA, Letícia Silva; MORAIS, Amanda Oliveira de; LAURENTI, Carolina. **Violência sexual na universidade**: relatos de representantes de associações estudantis. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 28, 2024. DOI: 10.1590/interface.230155. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/HPMCvc8dHh3qD8XdjFjygg/?lang=pt>. Acesso em: 1 julho. 2025

PAULA, Luciane de; SANT'ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Forum Lingüístico**,

Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7–74, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/78876/49208>. Acesso em: 24 julho. 2025.

PODESTÀ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Periódicus: Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades*, Salvador, n. 11, v. 1, p. 363–380, maio-outubro 2019. ISSN 2358-0844. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/27873/19974/123426>. Acesso em: 30 junho. 2025

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina et al. *Mulheres e Violência: interseccionalidades*. Brasília: **Technopolitik**, 2017. p. 400-411. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A0ncias-interseccionalidades.pdf> . Acesso em: 30 junho. 2025

QUADROS, Caroline Silveira Tavares de; MELLO, Carlo Zedradek; CAMPOS, Emerson Peres; CUNHA, Fagner de Moura da; BARBOSA, Yula Barbieri. Questão indígena e problemática étnico-racial no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, Pelotas/RS, v. 10, n. 4, p. 2165–2175, abr. 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i4.13571. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13571>. Acesso em: 30 junho. 2025

ROSSETTO, Maria Julia Buck. Violência contra as mulheres e instituições públicas em Campinas-SP. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 33, p. 367-385, 2021. Disponível em: <https://ohs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 06 junho. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Nicole Del Bianco; DIÓGENES, Carla. Liderança feminina: um estudo pragmático das dificuldades de mulheres em cargos de liderança. **Revista UniAraguaia**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 91–102, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://sipe.uniaraquaiia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/900/Vol14>. Acesso em: 24 junho. 2025.

SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado**. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2013. ISBN 978-987-27390-4-1. Disponível em: https://tintalimon.com.ar/public/nb17ss278nqh7lvoki8vfoh751y0/pdf_978-987-27390-4-1.pdf. Acesso em: 06 junho. 2025

SOUSA, Sara Luisa Santos. Universidade Federal do Amazonas. 2023. **Narrativas de estudantes universitárias sobre a violência de gênero no ambiente acadêmico na região do Alto Solimões/AM**. Bolsista- FAPEAM.

SOUZA, Viviam Mara Pereira de; LAROCCA, Liliana Müller; CHAVES, Maria Marta Nolasco; FIALLA, Melissa dos Reis Pinto Mafra; DURAND, Michelle Kuntz; LOURENÇO, Rafaela Gessner. Violência de gênero no espaço universitário. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, e67689, 2021. DOI: 10.5380/ce.v26i0.67689. [SciELO](#). Acesso em: 5 jul. 2025

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002. DOI: 10.37370/raizes.2002.v21.175. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175>. Acesso em: 1 jul. 2025

SILVA, Luíza Csordas Peixinho da; FERNANDES, Hugo; HINO, Paula; TAMINATO, Mônica; GOLDMAN, Rosely Erlach; ADRIANI, Paula Arquioli; RANZANI, Camila de Moraes. Qualidade de vida de estudantes de enfermagem vítimas de violência de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE01826, 2022. DOI: 10.37689/acta-ape/2022AO0182666. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/MT4vHdpsbd3L7ByN5JS96Kg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025

SOUSA, Valmiene Florindo Farias; LIMA, Raissa Ribeiro; SILVA, Daniele Rodrigues da. Preconceito e discriminação contra mulheres na universidade: contradições e expressões. In: **Violência contra mulheres nas universidades**. Manaus: EDUA, 2021. p. 36-50.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). Crime de violência psicológica contra a mulher – Art. 147-B do Código Penal. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/lei-maria-da-penha-na-visao-do-tjdft/das-infracoes-penais/crime-de-violencia-psicologica-contr-a-mulher-art-147-b-do-codigo-penal>. Acesso em: 1 jul. 2025

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.